CAPÍTULO 1 - Conservação e Desenvolvimento: o Dilema da Zona Costeira e da Pesca Artesanal

> *Após o colapso, inovação e experimentação podem ser favorecidas. Os participantes vêem-se perguntando como o aprendizado pode ser estimulado de forma que reforcem a sustentabilidade. No fim, nós descobrimos que temos de criar emoção, identificar as opções sob a forma de visões alternativas do futuro, e construir a esperança.*
>
> C.S. Holling (2003)

Numa reflexão de corte sistêmico sobre os diversos aspectos que permeiam o processo de planejamento e gestão da zona costeira, as dimensões ecológicas e sociais são vistas como interdependentes. Dessa forma, pensar à luz do conceito de *desenvolvimento territorial sustentável* significa levar em conta simultaneamente as dimensões ecológicas, econômicas, sociais e político-institucionais (Holling, 2003). A visão disjuntiva dessas dimensões, estimulada pela hegemonia da ciência reducionista está na base da crise socioambiental vivenciada nos dias atuais, a qual tem se tentado rupturar pela via do pensamento sistêmico.

Neste sentido, neste capítulo apresento os fundamentos conceituais do enfoque de *gestão de recursos de uso comum (common property resource management).* Na seqüência, a linha de argumentação leva em conta a discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento, resgatando a gênese e a estrutura do enfoque de ecodesenvolvimento e da sua versão mais atual, relacionada à maturação do conceito de "território construído" – no qual se fundamenta na análise das possibilidades de dinamização dos sistemas pesqueiros artesanais na zona costeira, e neste caso com foco na realidade do centro-norte catarinense.

1.1. O novo paradigma sistêmico e a problemática da gestão dos recursos de uso comum

Vivemos hoje uma crise planetária. Uma crise de identidade, de percepção, de legitimidade e de possibilidades de mudarmos positivamente a realidade que nos cerca. As revoluções ocorridas em nosso planeta ao longo da história e, mais fortemente a partir da Revolução Industrial, transformaram consideravelmente nossos padrões de relacionamento

com a natureza. Esse afastamento vem comprometendo e destruindo progressivamente ecossistemas e culturas humanas de maneira mais ou menos irreversível e alertando para complexidade da crise socioecológica. Diante disto, torna-se necessário entender os condicionantes estruturais da crise para não restringirmos apenas ao enfrentamento de seus sintomas e pensá-la de forma radical, pela raiz. Pois como salienta Gallano, Curi e Motomura (2002:17), a

> crise ambiental é uma crise de civilização. É a crise de um modelo econômico, tecnológico e cultural que comprometeu a natureza e negou às culturas alternativas. O modelo civilizatório dominante compromete o meio ambiente, subvaloriza a diversidade cultural e desconhece o outro (índios, pobres, a mulher, o negro, o sul) ao passo que privilegia um modo de produção e um estilo de vida insustentável que são hegemônicos no processo de globalização (Gallano, Curi e Motomura, 2002:17).

Em outras palavras, torna-se necessário entender melhor os "paradigmas" de desenvolvimento das sociedades contemporâneas e os paradigmas que o consolidam (Guimarães, 2007), vistos, segundo Morin (1997), como estruturas de pensamentos que, de modo inconsciente, comandam nossos discursos, nossas atitudes e nossas práticas[20]. Pois as relações de poder e dominação que permeiam a crise global estão alicerçadas no *paradigma analítico-reducionista* que cultiva a dicotomia sociedade-natureza e legitima a ética do domínio da primeira sobre a segunda.

Do ponto de vista epistemológico, a busca de entendimento de como as sociedades humanas lidam com as inter-relações entre as dinâmicas naturais e sociais, em busca de respostas adaptativas e coevolutivas, deve levar em conta a inércia do assim chamado paradigma científico analítico reducionista (Vieira, Berkes e Seixas, 2005). Neste sentido, com o propósito de repensar a ciência da gestão dos recursos naturais, Holling, Berkes e Folke (1998) questionam essa ciência reducionista, propondo uma nova visão: a *abordagem sistêmica*.

Esta abordagem, segundo os autores é componente essencial da cultura ocidental e estende a análise das populações, ecossistemas, dinâmica e estrutura da paisagem, incluindo

[20] Morin (1995) define paradigma como o conjunto das relações fundamentais de associação e/ou de oposição entre um número restrito de noções-chave, relações essa que vão comandar-controlar todos os pensamentos, todos os discursos, todas as teorias.

as interações dos sistemas sociais com os naturais. Neles as incertezas e surpresas integram o cenário de respostas adaptativas, com uma roupagem fundamentalmente interdisciplinar. No mesmo sentido, Garcia (1994) menciona que a realidade não é disciplinar, sendo os sistemas socioambientais, sistemas complexos. O autor ainda afirma que o termo 'complexo' é dado pelas inter-relações entre os componentes e cujas funções dentro do sistema não são independentes. O conjunto dessas relações constitui a *estrutura*, que oferece ao sistema a forma de *organização* que lhe faz *funcionar* como uma *totalidade*.

Enrique Leff (2006) acrescenta que a excessiva objetivação da natureza na ordem econômica produziu seu reflexo na antropologia[21], que estabeleceu a análise da cultura através de uma estrutura simbólica, sem relação com a natureza. Assim, conforme propõe Morin (2005), faz-se necessário "retornar a natureza esquecida" e recuperar um "paradigma perdido" para abrir a possibilidade de recompor o mundo dividido e fragmentado pelo conhecimento.

Desde os séculos XVII e XVIII, com os avanços da ciências naturais, a natureza passou a ser concebida como um vasto mecanismo possível de ser entendida em base na análise das partes. A natureza se dessacralizou e a idéia de progresso substituiu as antigas concepções cíclicas (Foladori, 1999). O paradigma de disjunção separou espírito e matéria, filosofia e ciência, sujeito e mundo, razão e emoção, desconsiderando arte, religião, sentimento, sensações. Criou a ilusão da separatividade, projetada nas formas de conhecimento e nos projetos de vida.

No entanto, o pensamento crítico em direção a um pensamento da complexidade, se inscreve dentro da *episteme*[22] emergente do ecologismo[23]. Leff (2006) arrisca dizer que o colapso ecológico incitou um retorno à natureza. A crise ambiental se expressou como uma angústia da separação da cultura de suas raízes orgânicas, procurando reconstruir a ordem

---

[21] O objetivo aqui não é transcorrer sobre as correntes antropológicas. Apenas apontar alguns pensamentos que indicam a fragmentação do saber nas diversas esferas do conhecimento.

[22] O verdadeiro conhecimento, diferente da opinião. O conhecimento das causas que são necessariamente verdadeiras. Mistura de ciência e de saber, pelo que difere das chamadas ciências empíricas. Um esforço racional para substituir a opinião, o conhecimento acerca do contingente. Divide-se em *praxis, technè,* e *theoria* (Leff, 2006b).

[23] Ecologismo aqui, no sentido que propõe Leff (2006), onde não se constitui apenas como um movimento de defesa da natureza, mas como uma nova cosmovisão baseada na compreensão do mundo como sistema de inter-relações entre populações humanas e seu entorno natural, alimentando um pensamento da complexidade. Essa visão ecologizada do mundo foi transferida ao campo do social (filosofia, política e economia) e assim nasce a ecologia humana, a bioética e a ecologia profunda.

social a partir de suas bases naturais de sustentação. Sem dúvidas, isso exige a revalorização das relações econômicas, éticas e estéticas do homem com seu entorno, penetrando nos valores da democracia, da justiça e da convivência entre os homens, e entre estes e a natureza.

Essa compreensão do mundo como "totalidade" apresenta o problema de integrar os diferentes níveis de materialidade que constituem o ambiente como um sistema complexo, e a articulação do conhecimento dessas ordens diferenciadas do real, para dar conta desses processos (Leff, 2006; Morin, 2005). Essa totalidade desenhada no desafio da problemática da complexidade ainda é marginal no pensamento científico, no pensamento epistemológico e no pensamento filosófico. No entanto, no que tange o debate epistemológico, Gaston Bachelard, considerou a complexidade um problema fundamental, já que segundo ele, não há nada simples na natureza, só há o simplificado. Embora suas idéias tenham permanecido isoladas, ela reaparece, marginalmente, com a cibernética e na teoria dos sistemas (Morin, 2005).

Essa nova disciplina científica, chamada de *teoria geral dos sistemas*, segundo um de seus idealizadores, Ludwig von Bertalanffy, tem como principais propósitos uma tendência geral no sentido da integração nas várias ciências, naturais e sociais, podendo ser um importante meio para alcançar uma teoria exata nos campos não físicos da ciência (Bertalanffy, 1977).

Em síntese, o paradigma científico tradicional[24] está baseado em pressupostos de *simplicidade*, *estabilidade de mundo* e *objetividade (*Vasconcellos, 2003). Tais pressupostos sugerem uma crença de que é possível entender o todo a partir das partes, de que o mundo é estável e pode ser conhecido objetivamente, tal como ele é na realidade. A ciência reducionista, caracterizada como a ciência das partes, emerge da tradição da ciência experimental, nas quais um estreito foco é permitido na formulação de hipóteses, coleção de informações, e um desenho de experimentos críticos para testar hipóteses. Isto é apropriadamente conservador e inequívoco, pois pode estar sendo incompleto e fragmentado (Holling, Berkes e Folke, 1998).

Já o novo *paradigma sistêmico* pode ser caracterizado como uma ciência da integração das partes. Esta usa os resultados e tecnologias da ciência reducionista, mas identifica

[24] Segundo Vasconcellos (2003), o termo "tradicional" se refere a algo que tem uma origem muito remota, mas não a algo que já tenha desaparecido e/ou sido substituído. A ciência tradicional continua vigorosa em nossos dias.

espaços, desenvolve hipóteses alternativas e modelos multivariados. Avalia as conseqüências de cada alternativa usada nas intervenções planejadas, ou não, que ocorre em todo o sistema, ou são designadas para ser implementadas na natureza. Tipicamente, a meta é para revelar a simples causa que freqüentemente está na base dos sistemas complexos. Sua premissa é que o conhecimento do sistema nos obriga a sempre estar incompleto. As surpresas[25] são inevitáveis. Não somente é a ciência incompleta, mas o sistema em si está movendo-se, mudando em função de impactos da gestão e da expansão progressiva das influências humanas (Holling, Berkes e Folke, 1998; Gunderson, Holling e Light, 1995).

Já em termos culturais, a ideologia industrialista gera perda de diversidade cultural e atrela o senso de qualidade de vida à capacidade de consumo do indivíduo - segundo Erick Fromm (1976) *apud* Guimarães (2007) a perspectiva do *ter* se sobrepondo a perspectiva do *ser*. Parece indispensável uma mutação cultural apoiada numa representação sistêmica da natureza. Trata-se da passagem de um reducionismo científico-metodológico que fragmenta a natureza para conhecê-la a uma cultura sistêmica que compreende as inter-relações presentes no ambiente (Junges, 2004).

Garcia (1994) aponta que o problema não reside em fragmentar a realidade, mas sim a maneira de fazê-la. Propõe assim, uma interpretação sistêmica da problemática original existente no estudo e que a partir disto será possível chegar a um diagnóstico integrado, para propor ações concretas, e da mesma forma políticas alternativas que permitam influenciar sobre a evolução do sistema. Ainda, conforme balizado por Morin (2005) existe a hiperespecialização dos saberes disciplinares que reduziu a migalhas o saber científico, onde

> todos os conceitos molares que abrangem várias disciplinas estão esmagados ou lacerados entre as disciplinas e não são reconstituídos pelas tentativas interdisciplinares. O saber já não é para ser pensado, refletido, meditado, discutido por seres humanos para esclarecer sua visão do mundo e sua ação no mundo, mas é produzido para ser armazenado em bancos de dados e manipulado por poderes anônimos, não permitindo comunicação de ciência, técnica e política (Morin, 2005:120).

[25] O termo *surpresa* é utilizado quando a realidade percebida parte qualitativamente de uma expectativa. A surpresa ocorre quando as causas estão para se tornar diferente daquelas que foram concebidas, e quando os comportamentos são profundamente inesperados e a ação produz um resultado contrário do inicialmente pretendido (Holling, Berkes e Folke, 1998:347).

Em princípio, existe uma inerente desconhecida habilidade, como também uma imprevisibilidade, no que diz respeito ao envolvimento dos ecossistemas geridos e as sociedades que a eles estão conectados. O ponto essencial é o que envolve os sistemas políticos e as ações que não são somente satisfação de objetivos sociais. Ao mesmo tempo modificam continuamente os objetivos para envolver condições de providenciar flexibilidade para adaptação às surpresas. Ciência, política e gestão tornam-se inextricavelmente conectadas (Holling, Berkes e Folke, 1998).

A necessidade da ruptura de paradigmas, no sentido de avançar de uma perspectiva reducionista para um fazer ciência mais integrador é estimulador. Consciente das críticas ao enfoque positivista que descarta qualquer possibilidade de incorporação de outras formas de conhecimento, nos rumos das investigações propostas, surge ainda mais a necessidade de rupturarmos com a idéia de que os seres humanos são simples forma, tamanho e movimentos e que possuem uma vida interior que escapa a observação primária e foge da "neutralidade" e "objetividade" (Minayo, 2000).

Neste sentido, em se tratando da crise mundial associada à gestão dos recursos naturais, parece evidente conforme análise dos pesquisadores dos *commons*[26] que a visão de mundo dominante presente na gestão dos recursos naturais de 'sistemas em equilíbrio' é incompatível com as observações da dinâmica complexa dos sistemas socioecológicos (Berkes, Colding e Folke, 2003). Ela se dá porque a existência da ciência que trata das questões parece incapaz de prescrever resultados sustentáveis e explicar os colapsos dos recursos. As respostas não são simples porque exige o desenvolvimento de conceitos, tecnologias e métodos para (re)direcionar a natureza genérica dos problemas. Caracteristicamente, esses problemas tendem a ser problemas sistêmicos, onde aspectos do comportamento são complexos e imprevisíveis, e onde as causas, num período de tempo

[26] Gestão de recursos de uso comum *(common property resource management).* O objetivo neste capítulo é apresentar uma rede de conceitos básicos, ainda que não aprofundados, para uma compreensão e embasamento da problemática dos *commons*. Ainda que as principais contribuições partam de quatro principais escolas, a dizer, escola canadense (especialmente Fikret Berkes, Johan Folke, Lance H. Gunderson, C.S. Holling), escola norte-americana (especialmente Elinor Ostrom, Oakerson, Bromley), escola francesa – patrimonialistas (especialmente Montgolfier-Natali, Jacques Weber, Olivier Godard, Ost, Ollagnon) e escola indiana (Madhav Gadgil, Shekhar Singh), irei focar a revisão técnica, especialmente com as contribuições da escola anglo-saxã.

simples (quando finalmente entendido), são sempre múltiplos (Holling, Berkes e Folke, 1998).

Assim, novos rumos têm sido propostos dentro de uma perspectiva sistêmica, construindo novos conceitos na busca de uma teoria geral, entendendo a sociedade enquanto um sistema social e, a natureza, um sistema ecológico (Berkes, Colding e Folke, 2003; Ostrom et al., 2002). Com a contribuição do enfoque sistêmico da gestão dos recursos comuns, utiliza-se o termo sistema socioecológico para designar a visão não-dual de sistemas sociais e de sistemas ecológicos.

Enquanto **sistemas socioecológicos**, a definição apresentada por Berkes e Folke (1998) menciona que o *sistema social* está associado à governança, em termos de regimes de apropriação e acesso aos recursos. Inclui também os diferentes sistemas de conhecimento pertinente à dinâmica dos ambientes, o uso dos recursos, as visões de mundo e a ética da relação homem-natureza. Já o *sistema ecológico* (ecossistemas) refere-se às comunidades auto-reguladoras de organismos que interagem entre si e com o seu ambiente.

Ainda, em se tratando da organização dos sistemas sociais, t*empo e espaço* são importantes dimensões. Contudo, em contraste com os sistemas ecológicos, os sistemas sociais são estruturados por uma habilidade humana de construir e manipular símbolos. Essas "estruturas de significados", com "estruturas de dominação" (fluxo de poder e padrões de autoridade) e "estruturas de legitimidade" (normas, rotinas, regras, procedimentos) provem a construção de sistemas sociais Westley (2002). Isso remete ao fato de que os sistemas sociais e ecológicos estão conectados e o delineamento entre eles é artificial e arbitrário (Berkes e Folke, 1998). Tais visões, contudo, não são ainda aceitas na ciência social e natural convencional. A proposta deste termo é para enfatizar a o conceito integrado *humanos na natureza (human-in-nature*). Uma visão holística dos componentes e relações entre os componentes de um sistema, uma referência à interação entre os dois sistemas, ou a uma visão integrativa entre os sistemas sociais e naturais.

Logo, o **conceito de recursos de uso comum**, ou simplesmente recursos comuns (*commons*), incluem os recursos naturais, como os estoques pesqueiros, a vida selvagem, as florestas, água subterrânea, os quais não são propriedades individuais, mas são compartilhadas por uma comunidade ou grupo de usuários, como os pescadores. (ICLARM, 1998). Os recursos comuns possuem ainda duas características básicas (Feeny et al. 2001:19;

Berkes, 2005:56): a primeira é a *exclusividade* (ou controle de acesso). A natureza física dos recursos é tal que o controle do acesso por potenciais usuários pode ser custoso e, no extremo, virtualmente impossível. Recursos migratórios como peixes, vida selvagem e águas subterrâneas impõem óbvios problemas para a regulação do acesso. De modo similar, pastagens e áreas florestais tipicamente impõem problemas de exclusão. A segunda característica relaciona-se a *subtração*: a capacidade que cada usuário possui para subtrair parte da prosperidade do outro. Mesmo que os usuários cooperem no incremento da produtividade de seus recursos, por exemplo, através do reflorestamento, a natureza dos recursos é tal que o nível de exploração de um usuário afeta adversamente a habilidade de exploração de outro usuário. Subtração (ou rivalidade) é a fonte de divergências potenciais entre racionalidade individual e coletiva. Exemplificando, na medida em que um usuário pesca, a captura por unidade de esforço de pesca dos outros diminui.

Dessa maneira, define-se recursos de propriedade comum como *uma classe de recursos para a qual a exclusão é difícil e o uso conjunto envolve subtração (*Berkes et al*.,* 1989:91*).* Em síntese, é muito difícil – às vezes praticamente impossível – controlar o acesso de usuários potenciais; depois, pelas características do próprio recurso, cada usuário diminui o potencial de uso de outro usuário (Berkes *et al,*. 1989).

Dentre as inovações, a "teoria dos *commons*", emergida a partir da metáfora da "tragédia dos comuns" apresentada por Hardin (1968)[27], criticava o comportamento humano em relação à natureza e o processo de sobreexploração dos recursos naturais (Dietz, Ostrom e Stern, 2003). A metáfora de Hardin foi fortemente questionada (Feeny et al., 2001), dando início à construção de diversos conceitos-chave para o estudo dos sistemas socioecológicos (Berkes et al., 2003; Ostrom et al., 2002).

[27] A 'tragédia dos comuns' foi usada por Garret Hardin (1968) como uma parábola para explicar a superexploração de áreas de pastagem num hipotético sistema de recursos comuns na Inglaterra medieval. Cada pastor procurando ganhos individuais deseja aumentar o tamanho de seu rebanho. Os recursos comuns, porem, são limitados, e, cedo ou tarde, o número total de reses irá exceder a capacidade suporte do pasto. Entretanto, corresponde ao interesse racional de cada pastor continuar adicionando animais à área de pastagem, pois seu ganho pessoal ao adicionar mais um anima (+1) supera sua perda pessoal (uma fração de -1) resultando do dano causado aos recursos comuns. Porem, ao usarem a mesma lógica, eventualmente todos os pastores acabam perdendo. Portanto, a superexploração dos recursos comuns torna-se um resultado inevitável, e, segundo Hardin, uma tragédia no sentido das antigas tragédias gregas, nas quais os personagens sabem que o desastre está para acontecer, mas são incapazes de fazer alguma coisa para evitá-lo (Berkes, 2005:49).

Para Hardin, a solução para a "Tragédia dos comuns" estaria baseada no estabelecimento de dois arranjos institucionais: a *privatização* ou a *propriedade estatal*. Por outro lado, estudos demonstraram que em algumas comunidades era possível observar arranjos institucionais de gestão auto-governados com diferentes níveis de sucesso quanto sustentabilidade dos usos praticados (Ostrom, 1990; Berkes et al., 1989). O argumento de Hardin neste sentido negligencia o importante papel de *arranjos institucionais* que geram exclusão e regulação de uso (Feeny et al., 2001).

Essa discussão abriu outras possibilidades para a formação de quatro modelos ideais, definido como os regimes de apropriação (Feeny et al., 2001; Berkes et al. 1989, Berkes, 2005): a) *livre acesso*: no qual não existe nenhum tipo de regra ou direito de propriedade; o recurso não é regulado, sendo livre e aberto a qualquer usuário; b) *propriedade privada*: os direitos de uso e acesso pertencem a um indivíduo ou um grupo (corporação) definido; c) *propriedade estatal*: os mecanismos de controle de acesso e uso aos recursos são estabelecidos pelo Estado; d) *propriedade comunitária*: uma comunidade identificada possui os direitos de excluir usuários e regular os usos.

Conforme mencionado, importante salientar o papel das *instituições* na mediação e como importante elo de conexão sociedade – natureza. Por este motivo, tem papel destacado na formulação de caminhos alternativos para a gestão de sistemas sócioecológicos.

As instituições pensadas para a zona costeira, segundo Brown, Tompkins e Adger (2002) podem ser definidas como *princípios da governança* dos recursos costeiros. Neste contexto, governança refere-se ao quadro (ou estrutura) do sistema social e econômico e as estruturas políticas e legal (jurídica) pelas quais a zona costeira é gestionada. Instituições são os códigos de conduta socialmente construídos que definem práticas, atribuem papéis e norteiam as interações de indivíduos e grupos. São as regras em uso e podem ser divididas em *formais* e *informais*. As primeiras incluem a legislação nacional, estadual e municipal, bem como a regulação internacional. A segunda inclui as normas, comportamentos e condutas locais. São menos rígidas, mas não menos importantes que as primeiras.

De acordo com Elinor Ostrom (1990), instituição é o conjunto de regras atualmente usadas (as regras de trabalho ou as regras em uso) por um conjunto de indivíduos para organizar atividades repetitivas que produzem *outcomes* afetando aqueles indivíduos e potencialmente afetando outros. Instituições incluem direitos de propriedade, estruturas

legislativas, organizações governamentais, não- governamentais (ONGS) e ações coletivas informais.

No entendimento de uma abordagem para governança, Carlsson e Berkes (2005) argumentam que este seria o ponto de partida para processos de *co-gestão*. Dessa forma, os processos de co-gestão estão baseados numa perspectiva de integração entre os diversos arranjos institucionais estabelecidos no nível do usuário (comunidade) e no nível do gestor (agências governamentais), no tempo e no espaço, numa concepção de "conexões institucionais transescalares" (Berkes, 2005). No sentido em que propõe (Carlsson e Berkes, 2005:73), a *co-gestão adaptativa* reserva duas características principais: aprendizado dinâmico e as conexões, num processo de divisão de poder e responsabilidade e cria um contexto que incentiva a aprendizagem, liderança e construção de confiança. Por definição, é um processo colaborativo e inclusivo em que *stakeholders*[28] compartilham poder de gestão e responsabilidade.

Nesse processo, em essência de compartilhamento, não menos importante, e como questão central no que tange a gestão dos recursos naturais é a incorporação do *conhecimento ecológico tradicional* junto às medidas de gestão. O conhecimento ecológico tradicional é definido por Berkes (1999:08) como um *conjunto cumulativo de saberes, crenças e práticas gerado por populações tradicionais – indígenas, pescadores, quilombolas, agricultores, seringueiros – no bojo de processos adaptativos e transmitido de geração a geração, sobre as relações dos seres vivos (inclusive humanos) entre si e com seu meio ambiente*. Assumir o conhecimento ecológico tradicional recupera a idéia de relação homem-natureza, valorizando tais conhecimentos numa nova perspectiva sociopolítica.

Em outras palavras seria dizer que as comunidades têm reconhecido a necessidade da coexistência de mudanças graduais e rápidas e têm nesse sentido, acumulado um

[28] *Stakeholders* é uma pessoa, organização ou grupo com interesses nos assuntos ou recursos. Inclui pessoas com poder para controlar o uso e a gestão dos recursos e aquelas com nenhum poder ou influência de quem os meios de subsistência são afetados pela mudança do uso ou gestão os recursos. Eles variam no grau de influência e importância e podem ser categorizados de acordo com o grau de influência ou importância para o sucesso da gestão de zonas costeiras (Brown, Tompkins e Adeger, 2002). Em síntese, *stakeholders* são os atores sociais envolvidos: indivíduos ou grupos, incluindo instituições governamentais e não-governamentais, comunidades tradicionais, universidades, instituições de pesquisa, agências de desenvolvimento, bancos, e financiadores que manifestam algum tipo de interesse ou alguma reivindicação no processo de apropriação e gestão dos recursos naturais (Vieira, Berkes e Seixas, 2005).

conhecimento baseado em como responder aos *feedbacks* ambientais. Os mecanismos sociais criativos e de renovação dos ecossistemas acumulados e transferidos entre gerações torna possível a adaptação as mudanças e têm sido um meio de sobrevivência (Holling, Berkes e Folke, 1998:356). Mesmo que, tal realidade ainda não tenha sido incorporada por grande parte das agências governamentais ligadas aos processos de gestão.

1.2. Rupturas à gestão convencional e o sistema pesqueiro artesanal

Diante do cenário de crise, desenhado a partir da separação e distanciamento do homem da natureza, resultando em recorrentes conflitos, tanto de interesses como de percepção dos diversos atores envolvidos dos setores da sociedade, desde as esferas governamentais à sociedade civil, fica evidente a necessidade de uma gestão diferenciada. Essa gestão, na perspectiva dos *commons* pode ser clarificada por uma gestão a partir da perspectiva "das pessoas".

Neste sentido, Berkes et al.(2001) em suas proposições e reflexões sobre a pesca de pequena escala, deixa claro que deveria ser assumido mundialmente e em âmbito local uma dimensão que vá além da avaliação dos estoques, incorporando a dimensão social implícita a esse tipo de pescaria. Isso está completamente de acordo com a abordagem dos sistemas socioecológicos aplicada à pesca e que segundo este autor não pode mais ignorar os movimentos ambientais, a biodiversidade, os selos verdes e os códigos de conduta internacionais. Da mesma forma, uma visão baseada nos ecossistemas precisa considerar a imprevisibilidade (em oposição à previsibilidade) equilíbrios múltiplos (em oposição a um único equilíbrio), a resiliência (em oposição à estabilidade), os efeitos limites (em oposição a mudanças graduais), os processos não-lineares (em oposição aos lineares) e as escalas múltiplas em que esses processos ocorrem (Berkes et al., 2001; Holling, Berkes e Folke, 1998).

As evidências apontadas na bibliografia mencionam que aproximadamente 70% dos estoques considerados mais importantes para economia pesqueira vêm sendo explorados nas últimas décadas, em estágio de sobrexplotação, declínio ou em recuperação, e os dados mostram tendência para o aumento deste percentual (FAO, 2005). No Brasil isso é realidade.

A listagem proposta pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) indica que uma série de espécies de invertebrados e peixes marinhos, muitas com importância comercial, encontram-se ameaçadas de extinção ou de sobreexplotação, tais como, as lagostas, o camarão-rosa, camarão-sete-barbas, tainha, corvina, sardinha, mangona, anchova, entre outros, incluídas nos Anexos I e II da Instrução Normativa MMA N° 05/2004.

Mesmo diante deste cenário, poucas iniciativas promissoras têm sido visualizadas para atender aos objetivos da gestão pesqueira que devem ser, em primeiro lugar, prevenir a extinção biológica e comercial, e em segundo, otimizar os benefícios derivados da pescaria ao longo de um período indefinido (Berkes et al., 2001). As mudanças na gestão foram acompanhadas e instigadas por mudanças na compreensão dos sistemas de pescarias, especialmente no que se refere a admitir o desconhecimento e por tentativas dos cientistas e gestores de modelar a natureza. Incorporar o 'aprender-fazendo' (co-gestão adaptativa) como possibilidades de expandir as fontes de informações para a gestão da pesca, incluindo o uso do conhecimento local e tradicional dos pescadores pode ser uma alternativa promissora (Berkes et al., 2001).

No entanto, a ausência de informações precisas na pesca artesanal de pequena escala é, sem dúvidas, um aspecto relevante e que direciona as pesquisas e iniciativas de gestão a uma perspectiva diferenciada. Essa abordagem aproxima à gestão da realidade das pescarias e pescadores, no entanto exige o conhecimento de conceitos e campos que não são tratados na formação convencional dos gestores de recursos.

A pesca e os pescadores artesanais

Um primeiro aspecto relaciona-se ao entendimento sobre o que significa a pesca artesanal (profissional), ou como propõe Berkes et al. (2001), a pesca de pequena escala. Segundo IBAMA/CEPSUL (1994, 1998), a pesca artesanal é uma modalidade de pesca caracterizada pela utilização de embarcações menores de 8 metros de comprimento total, motorizados ou não, destituída de área coberta de armazenamento do pescado e de sistema de

conservação, com baixa autonomia de mar e com baixo poder de pesca quando comparado à pesca industrial.

Todavia, uma perspectiva mais complexa, deveria levar em conta as relações sociais de produção e os fatores produtivos. Na definição usada pela agência governamental do país têm-se apenas características da embarcação, desconsiderando as demais dimensões, especialmente a humana, indicando uma visão limitada do contexto que envolve a pesca artesanal. Dessa forma, tendo como ponto de partida as diferentes dimensões que envolvem a pescaria artesanal/pescaria de pequena escala, torna-se necessário contextualizá-las.

As características e dimensões da pesca de pequena escala, segundo Berkes et al.*;*(2001) tem como foco a pesca artesanal, que transita entre a pesca de pequena escala e a pesca de subsistência, e da mesma forma, tem a pesca industrial, que transita entre a pesca de pequena e grande escala. Tais características ajudam entender o perfil que compreende o grupo social dos pescadores artesanais e são apresentadas na Tabela I:

Tabela I: Características e dimensões das pescarias Berkes et al. (2001:07).

	CATEGORIAS		
CARACTERÍSTICAS RELACIONADAS COM AS PESCARIAS	GRANDE ESCALA	PEQUENA ESCALA	SUBSISTÊNCIA
	INDUSTRIAL	ARTESANAL	
Unidade pesqueira	estável, com divisão de mão de obra e perspectiva de carreira	estável, pequena e especializada, com uma certa divisão de mão de obra	operadores individuais ou família ou grupo comunitário
Propriedade	concentrada em poucas mãos, muitas vezes não operadores	normalmente pertence a um operador sênior ou operadores em conjunto, proprietário ausente	operado por proprietário
Compromisso de tempo	normalmente integral	integral ou parcial	normalmente parcial
Barco	motorizado, bastante equipado	integral ou parcial	normalmente parcial
Tipos de arte de pesca	industrializada, montada por outros	materiais parcial ou totalmente industrializados, normalmente montados pelo operador	normalmente materiais artesanais, montados pelo operador
Sofisticação de arte	eletrônica, automação	mecanizada e manual	principalmente não mecanizada

Investimento	alto, grande proporção de pessoal além do operador	médio a baixo; inteiramente do operador	baixo
Rendimento (por unidade de pesca)	alto	médio a baixo	baixo a muito baixo
Disposição do pescado	venda em mercados organizados	venda local organizada; consumo significativo por operadores	consumido principalmente por operadores, sua família e amigos; escambo; venda ocasional
Processamento do pescado	grande parte para ração e consumo não-humano	secagem, defumação, salga, principalmente consumo humano	pouco ou nenhum; tudo para consumo humano
Nível de renda do operador	normalmente alto	médio a níveis mais baixos	mínimo
Integração à economia	formal, totalmente integrada	parcialmente integrada	formal; não integrada
Status ocupacional	emprego ou sazonal	normalmente multi-ocupacional	multi-ocupacional
Comercialização	produtos encontrados em todo o mundo	normalmente nacional e local	apenas local ou regional
Capacidade de gestão da autoridade pesqueira	considerável, com muitos cientistas e gestores	mínima a moderada, com poucos cientistas/gestores	normalmente sem gestão, exceto por usuários de recursos
Unidades de Gestão	uma ou poucas unidades grandes	normalmente muitas unidades pequenas	muitíssimas unidades pequenas
Coleta de dados de pescarias	não muito difícil, devido a capacidade de autoridade	difícil devido a características das pescarias e da autoridade	normalmente, dados não podem ser coletados devido a dificuldades

Diegues (1983) propôs características de grupos e subgrupos, tendo em vista os fatores produtivos em relações sociais de produção, construídos a partir do setor pesqueiro do litoral sudeste brasileiro e que de maneira geral podem ser 'reproduzidos' para o estado de Santa Catarina. O autor pontua dois tipos de produção, a dos *pescadores-lavradores* e dos *pescadores artesanais*, como sub formas do que ele caracteriza como *pesca realizada nos moldes da pequena produção mercantil*. Algumas dessas características são apresentadas na Tabela II.

Tabela II: Formas de organização da produção na pesca (Diegues, 1983:150-151).

FATORES VARIÁVEIS	PESCA DE AUTO-SUBSISTÊNCIA	PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL SIMPLES	
		PRODUÇÃO FAMILIAR PESCADORES-LAVRADORES	PRODUÇÃO PESCADORES ARTESANAIS
Espaço de captura	rios, enseadas	rios, áreas estuarinas	áreas costeiras
Capacidade de predação/escala de produção	mínima	reduzida	média, dependendo do meio ambiente físico e da competição entre pescadores
Organização social e conflitos	inexistente	compadrio	compadrio/colônia de pescadores
Papel do estado	difusão	presente de forma descontínua a partir das cidades	presente a partir da organização dos serviços de terra, sistema de preços
Estrutura social	igualitária	homogeneidade/propriedade dos instrumentos de produção; não distinções de classe.	surgimento de um estrato de pescadores artesanais
Pesca a e outras atividades	pesca associada a outras atividades de subsistência	pesca como atividade complementar a outras	a pesca é atividade principal, mas não a única
Divisão de trabalho	nenhuma	sexual e etária	tarefas de pesca especializadas
Intermediário na comercialização	inexistente	pequeno comerciante agrícola	comerciante especializado na pesca
percepção do espaço marítimo	mar fazendo parte da terra	mar fazendo parte da terra	mar percebido como entidade própria, mas não oposto a terra
Fonte dos conhecimentos na pesca	tradição	tradição	tradição
Propriedades dos instrumentos de produção	comunitária	familiar	propriedade individual/familiar. O proprietário participa da pesca
Remuneração da força de trabalho	divisão tribal/comunitária da produção segundo as necessidades alimentares	remuneração pelo sistema de partes; parceria, retribuição *in natura*	remuneração pelo sistema de partes sobre o valor da captura; remuneração em dinheiro
Relações sociais de produção	propriedade grupal dos meios de produção	propriedade familiar dos instrumentos de produção	propriedade individual dos instrumentos de produção
Critério de alocação dos recursos e fatores de produção	satisfação das necessidades comunitárias/tradição	marginalmente o mercado de fatores de produção	parcialmente o mercado de fatores de produção
Unidade de trabalho	tribo/clã/comunidade	grupo doméstico sem especialização entre pescadores	grupo de pescadores independentes, com ou sem laços familiares

Da mesma forma que se faz necessário entender as relações associadas ao pescador, assumir a perspectiva ecossistêmica na gestão da pesca é considerar o aspecto *comunitário* e suas relações com os diversos atores que compõe o cenário da zona costeira.

A comunidade e os atores locais

De acordo com Singh et al.(2000) não existe uma definição de '*comunidade'*. Segundo este autor, no senso comum, uma comunidade pode ser descrita como um grupo de pessoas que vive numa proximidade geográfica, com habitação definida, como uma vila ou colônia. Contudo, além dos critérios geográficos, existem outros que equivalem e prevalecem. Por exemplo, o critério sociológico que define a comunidade como, um grupo de pessoas que compartilham as mesmas características, tais como o sistema de castas, costumes, tribo, religião ou ainda profissão (Singh, et al., 2000:03). Sinteticamente Berkes et al.(2001) define comunidade como um grupo social que possui crenças e valores compartilhados, participação estável e expectativa de uma interação continuada. Pode ser ligada geograficamente, por limites políticos ou de recursos, ou socialmente, como uma comunidade de indivíduos com interesses comuns.

Como propõe Albagli (2004:28), comunidade humana, refere-se a um grupo social unido por interesses da mesma natureza, algumas vezes com origens comuns e, frequentemente, um território comum. A noção de comunidade remete a laços mais fortes do que os da sociedade ou de coletividade. A eventualidade do nascimento, ou da residência, ou laços simplesmente jurídicos não são suficientes para definir o pertencimento a uma comunidade, pois esta supõe adesão voluntária ou consciência desse pertencimento.

Já segundo Pomeroy e Rivera-Guieb (2005), o termo 'comunidade' tende a resumir a diversidade de interesses entre diferentes grupos de pessoas. Nesse sentido, os autores ainda salientam como importante, que o não reconhecimento da mulher como um usurário direto porque elas não pescam, no senso tradicional, e isso resulta no seu limitado acesso, participação e benefícios em projetos de gestão de recursos costeiros (Pomeroy e Rivera-Guieb, 2005:19). A invisibilidade da mulher, especialmente na pesca, se dá pelo fato de serem vistas com um senso limitado, especialmente na captura ou produção. Elas raramente pescam,

mas desempenham um papel importante nas antes e depois da produção das atividades pesqueiras.

Para uma noção mais ampla dos diversos atores que compõem um dado cenário, propositivamente tem-se o termo *stakeholders.* Este agrega pessoas que foram sendo ignoradas por seus diferentes interesses e necessidades e nesse sentido não incluindo apenas os que diretamente usam os recursos, sendo esta uma concepção limitada.

A capacidade de uma comunidade em gerir seus próprios problemas é fundamental. Debates sobre os méritos da comunidade envolvidas na conservação vem de um ou ambas razões: a) senso de não satisfação com o status de conservação de áreas geridas por governantes, e/ou b) senso de não satisfação com a maneira em os recursos tem sido usados e alocados, especialmente resguardando o acesso das pessoas, incluindo a comunidade local (Jentoft, 1999 *apud* Berkes et al., 2001). Isto porque as comunidades não são simples agregações de indivíduos maximizadores de utilidades, e sim 'sistemas conectados, enraizados em relações de parentesco, na cultura e na história (Jentoft, 2000b).

Assim, considerar o nível da comunidade local e os diferentes *stakeholders* em suas diferentes dimensões é fundamental, especialmente em se tratando da gestão integrada da zona costeira. Essa gestão da zona costeira envolve múltiplos *stakeholders* e usuários de recursos (Jentoft, 2000a). Em outras palavras seria considerar os diferentes atores e suas relações que podem, ou não, resultar em conflitos, cooperação e novos sistemas de governança. Ampliam-se assim os instrumentos para entender a realidade, avançando nos estudos de caso, geralmente de corte reducionista e tecnocrático. Essas dinâmicas caracterizam o *jogo de atores*[29] (governos, empresas e associações civis) envolvidos nos diversos modos de apropriação e gestão de recursos naturais de uso comum. O entendimento do jogo dos atores permite a criação de um meio favorável para o desenvolvimento, sobretudo nos aspectos relacionados a seus posicionamentos diante do cenário atual e das perspectivas de evolução futura.

[29] Contribuições sobre o 'jogo de atores', em Crozier e Friedbarg (1990).

1.3. Modelos alternativos de desenvolvimento face à crise socioambiental planetária

O ecodesenvolvimento não é o único caminho para uma nova forma de desenvolvimento, mas uma entre várias vias de acesso a uma nova práxis fundamentada na ética ecológica (Dansereau, 1999), na solidariedade sincrônica com a geração atual e diacrônica com as gerações futuras e uma responsabilidade com o futuro da vida na Terra (Sachs, 2002). O ecodesenvolvimento, desde sua concepção inicial, tem absorvido diversas inovações no contexto analítico, alimentando-se especialmente de uma Ecologia Humana[30] renovada (Vieira, 2005) interessado em fazer frente à atual crise socioambiental planetária.

O ecodesenvolvimento pode ser entendido como uma política ambiental preventiva e proativa, que encoraja a construção participativa de novas estratégias de desenvolvimento – integradas, endógenas, participativas e sensíveis à ética da reverência pela vida (Vieira, 2005: 333). Dessa forma, o paradigma sistêmico vem constituir assim o substrato teórico e metodológico de um enfoque preventivo e proativo de planejamento e gestão dos ecossistemas de suporte da vida na ecosfera (Vieira, 2005).

Desde as primeiras discussões preparatórias da Conferência de Estocolmo, em 1972, a questão ambiental tem sido associada a um conjunto de problemas interdependentes que têm mobilizado gradualmente a atenção da opinião pública em escala planetária (ONU, 1972). A pesquisa voltada ao entendimento e ao enfrentamento dessa questão vem exigindo uma abordagem integrativa das várias disciplinas que compõem o campo disperso e controvertido da ecologia humana. O discurso controvertido que acompanham a difusão do conceito de desenvolvimento sustentável após a Cúpula da Terra baseia-se numa visão menos resistente, ainda com viés economicista e não viabilizando a construção de soluções pró-ativas para a crise global.

Esses modelos de desenvolvimento, centrados no reducionismo, na visão mecanicista de mundo, no antropocentrismo, em posturas individualistas, consumistas e que supõem uma crença de que sempre serão encontradas soluções técnicas para os graves problemas que se

[30] Ecologia Humana – estudo das interações homem – meio ambiente (Begossi 1993). Proposta de retomar a busca de explicações sobre as causas dos processos de evolução e/ou desagregação de sistemas sociais a partir de determinadas condições ecológicas, bem como sobre causas de mudanças específicas nos sistemas sócio-ecológicos a partir de determinadas condições vigentes na organização e dinâmica dos sistemas sociais (Vieira 2005: 336).

apresentam para a humanidade - o mito da tecnologia (Guimarães, 2007), precisam rapidamente ser desmistificados. O intuito é estruturar um discurso e uma *práxis* que possa ser crítica o suficiente para propor mudanças no sistema de valores como fator de mudança social e histórica.

O novo modelo questiona os fundamentos ideológicos da sociedade industrial, enxergando na crise ecológica um ponto de viragem radical na história da humanidade. Isto na medida em que os condicionantes configuram um conjunto de variáveis interconectadas, que exigem a redefinição das abordagens tradicionais de planejamento e um novo critério de racionalidade social.

> A concepção desenvolvimentista, calcada nos paradigmas cientificistas, desse modelo de sociedade moderna – capitalista, urbana, financeira, industrial, globalizada – cada vez mais complexo, contrariando sua própria análise simplista de realidade, porém extremamente funcional a seus propósitos, vem impregnada de uma inculcação ideológica que serve e está a serviço de um movimento de conservação da ordem, embutido em uma racionalidade pouco afeita a mudanças que saiam de seu controle (Guimarães, 2007:90).

Diante disso, a década de 1970 foi marcante e se configura como um marco das discussões voltadas para a crítica dessa visão de mundo. Ignacy Sachs desponta como um dos vários construtores de um novo enfoque de desenvolvimento face à crise planetária do meio ambiente. Ele desmistificou como poucos a relação conflitiva que associa o desenvolvimento socioeconômico e a conservação do meio ambiente. Desde então, vem reunindo evidências para confirmar que a harmonização das relações que os seres humanos mantêm com a natureza e a luta obstinada pela pacificação das relações entre os seres humanos constituem duas faces da mesma moeda (Vieira, 2005). O ecodesenvolvimento, na sua opinião, fundamenta-se na lógica das necessidades sociais e não na produção, na capacidade das coletividades humanas para se apoiarem em suas próprias forças e para aproveitarem os recursos específicos e muito diversos do meio onde vivem, com o propósito de harmonizar os objetivos sócio-econômicos com uma gestão prudente do ambiente (Sachs, 1986:29).

Na busca da caracterização de fundamentos axiológicos, norteados por um conjunto interdependente de postulados éticos, o ecodesenvolvimento tem como pressupostos normativos: o *atendimento de necessidades humanas fundamentais* (materiais e inatingíveis),

promoção da *auto-confiança* (*self-reliance*) das populações envolvidas e cultivo da *prudência ecológica* e o *reenquadramento da economia* (Sachs, 1986, Vieira, 2005; Vieira, 2007). Tais fundamentos encontram-se sintetizados no Quadro 1.

Quadro 1: Principais pressupostos normativos do ecodesenvolvimento.

Pressupostos	Qualificações
Atendimento de necessidades humanas fundamentais	Romper com os elevados índices de crescimento econômico que podem coexistir com o *mau desenvolvimento*, refletido na desigualdade social e deterioração progressiva do meio ambiente biofísico. Redirecionar os processos de crescimento econômico visando o alcance de metas sociais prioritárias, onde as necessidades materiais somam-se as imateriais, como autodeterminação, participação política, desenvolvimento cultural, auto-realização existencial e capacidade de sorrir.
Promoção da auto-confiança (*self-reliance*)	Contestar a tirania dos modelos universalistas de desenvolvimento. Optar por uma estratégia de regeneração do tecido cultural que se contrapõe as relações de dominância e dependência. Fortalecer a vontade política de explorar com mais acuidade toda a diversidade de alternativas civilizatórias. Busca de um maior grau de interferência no processo de dinamização socioeconômica, mediante iniciativas da sociedade civil organizada.
Cultivo da prudência ecológica	Contrato natural em nome da solidariedade entre gerações. Abandono do padrão arrogante de relacionamento com a natureza instaurado pelo reducionismo econômico. Incorporar princípios da precaução. Levar em conta os limites da regeneração dos ecossistemas em escala global face à intensificação aos impactos destrutivos das ações humanas.
Reenquadramento da economia	Pensado à luz dos princípios da eficiência econômica medido pelo padrão macrossocial e não apenas pela lucratividade empresarial. Reavaliar os limites dos indicadores quantitativos da economia, com a inclusão de critérios mais complexos e capazes de permitir a internalização dos custos sociais e ecológicos agregados das estratégias de desenvolvimento.

Fonte: Sachs (1986 e 2007); Vieira (2005 e 2007).

Em essência, o conceito de ecodesenvolvimento designa um enfoque participativo de planejamento e gestão, voltado para concepção de trajetórias de desenvolvimento que se situam numa via intermediária entre o ecologismo dogmático e o economicismo arrogante, conduzindo-nos a um processo de mudança social orientado pelos princípios de justiça social, prudência ecológica e gestão participativa do patrimônio natural e cultural. Deve ser usado para designar situações que permitam intervenções simultâneas nos campos econômico, social e ecológico (Sachs, 1995).

Confirmando uma abordagem sistêmica de planejamento e gestão, o enfoque do ecodesenvolvimento é considerado como eixo norteador da análise dos modos de apropriação e de sistemas de gestão de recursos naturais de uso comum. Ele requer uma autêntica descentralização das tomadas de decisão, no bojo da conquista de autonomia crescente das populações locais (Diegues, 2001). Exige também esforços visando uma utilização mais racional dos recursos, no sentido da busca de satisfação das necessidades básicas das populações e o estabelecimento de sistemas de produção que se de adaptem melhor às especificidades das culturas locais (Sachs, 1986).

Assume as idéias de incerteza e imprevisibilidade, participação e descentralização, flexibilidade e aprendizagem social, rompendo assim com a visão reducionista e ecologicamente predativa que alimenta a globalização excludente. Os desafios envolvidos na gestão dos recursos naturais, do suprimento energético, de meio ambiente, e do crescimento demográfico só poderão ser corretamente percebidos quando examinados em suas relações mútuas, o que implica entender o desenvolvimento; e da mesma forma, implica um quadro conceitual unificado de planejamento, no qual são superados os particularismos setoriais e estimulada a "participação" popular:

> Essa autoridade não poderia operar de maneira eficaz sem a participação efetiva das populações locais na realização das estratégias de ecodesenvolvimento. Tal participação é indispensável pra a definição e harmonização das necessidades concretas, para a identificação das potencialidades produtivas dos ecossistemas e para a organização do esforço coletivo com vistas ao aproveitamento dessas potencialidades (Sachs, 2007: 63).

Enfim, este campo complexo da sustentabilidade em construção e na confusa evolução do debate que conduz progressivamente ao ideário de um "outro desenvolvimento", evidencia-se o papel determinante representado pela difusão do novo paradigma científico. A pesquisa sistêmica vem sendo assumida, desde o início do século passado como um novo e poderoso instrumento de elucidação e gestão da complexidade dos fenômenos vivos (Vieira, 2006). Este "novo" paradigma, equidistante tanto da visão *economicista* quanto da visão *estatista* que têm comandado a dinâmica evolutiva das sociedades contemporâneas (liberais e socialistas), permite-nos integrar as várias dimensões geralmente associadas aos focos

geradores da degradação socioambiental, que constituíram o modelo da sociedade contemporânea, geradora de vários desses problemas.

1.4. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento territorial sustentável

O ambiente é, na realidade, uma dimensão do desenvolvimento e deve ser internalizado em todos os níveis de decisão. Em síntese, de acordo com as indicações postas no item anterior, o ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas, como também aquelas à longo prazo. Opera, portanto, com critérios de progresso relativizados a cada caso, desempenhando papel importante na adaptação ao meio, sem negar a importância dos intercâmbios. O ecodesenvolvimento tenta reagir à moda predominantemente das soluções pretensamente universalistas e das formulas generalizadas (Sachs, 1986).

O conceito de desenvolvimento, fundamentado na eficácia, deveria ser substituído, por fundamentos da justiça social e da criação de um homem novo que reponha ou no mínimo reflita sobre os objetivos da sociedade, como um grito ávido por mudanças, numa reflexão de progresso pra quem?

Sem dúvidas, o período que acabamos de viver testemunhou um desenvolvimento, sem precedentes, do poder tecnológico, do volume de bens, dos serviços produzidos e das trocas comerciais. O estilo de consumo e o modo de viver transformaram-se profundamente para a maioria dos habitantes dos países industrializados e para uma minoria dos países do terceiro mundo (Sachs, 2007). Passado mais de 15 anos da Rio-92 pouco se tem visto em termos de mudanças estruturais. O poder destruidor das tecnologias, cujo uso permanece subordinado à busca de projetos financeiros e econômicos de curto prazo, manifestou-se, e por outro lado, a degradação do meio ambiente, cuja gestão prudente tornou-se um imperativo mundial, como ficou evidenciado na Rio-92 – Cúpula da Terra (Sachs, 2007).

Segundo este autor, estamos aqui no cerne da noção de *mau desenvolvimento*, o qual não é incompatível com um crescimento da economia, até mesmo forte. Ele ressalta que *crescimento* e *desenvolvimento* não são sinônimos. Enquanto persistirem enormes

disparidades sociais, o crescimento permanecerá, com certeza, como uma condição necessária, embora de modo algum suficiente, do desenvolvimento, cujos aspectos distributivos e qualitativos não podem ser negligenciados. É um erro dizer que os exorbitantes custos sociais e ecológicos de certas formas de crescimento econômico constituem os danos inelutáveis do progresso (Sachs, 2007)

Na busca de qualificar o desenvolvimento e desta forma incorporar o econômico, o social, o político, o cultural, ecológico e humano, Sachs (2007) propõe o termo *desenvolvimento integral*, que denota as múltiplas facetas do desenvolvimento, ainda que este apareça, no melhor dos casos, como um ideal distante.

> Desse modo o desenvolvimento pode ser compreendido como um processo intencional e autodirigido de transformação e gestão de estruturas socioeconômicas, direcionado no sentido de assegurar a todas as pessoas uma oportunidade de levarem uma vida plena e gratificantes, provendo-as de meios de subsistência decentes e aprimorando continuamente o seu bem estar, seja qual for o conteúdo concreto atribuído a essas metas por diferentes sociedades em diferentes momentos históricos (Sachs, 2007:293).

Segundo o autor, seria tratar simultaneamente paz, economia, meio ambiente, justiça e democracia, tomando as condições sociais como ponto de partida dos esforços em prol do desenvolvimento. Um desenvolvimento reavaliado, que supere o economicismo, balanceando em situações duplamente ganhadoras, o econômico e o ecológico, o econômico e o social.

Como descreve Andion (2007) o paradigma desenvolvimentista, marcado fortemente por mentores economicistas foi base de um modelo de desenvolvimento em que é sinônimo de crescimento econômico e industrialização. Além disso, potencializa o declínio dos setores tradicionais, especialmente agricultura; dinamizado por uma economia capitalista típica dos países do Norte, marcada pela transição da sociedade do estado tradicional (caracterizado pela estagnação e subsistência); e no qual o papel do Estado é essencial e não apenas com equilíbrio de forças do mercado. Tais preceitos são postos em prática, enquanto política, por meio do modelo fordista[31].

[31] Modelo de produção proposto por Henri Ford nos anos 1920 que apresentava a idéia de assalariados como sendo principais consumidores da produção de massa, na produção de massa, na organização do trabalho e na regulação implementada pelo Estado.

A crise resultante desse paradigma (questionados a partir dos anos 1960-1970 pelos pressupostos da teoria marxista, ou complementados pelo paradigma neoliberal) favoreceu o surgimento de um novo conjunto de teorias, que alicerçam a *abordagem territorial do desenvolvimento*.

Contudo, tendo como base essas linhas gerais, o *desenvolvimento territorial sustentável* (DTS) pode ser visto como uma síntese atualizada do conceito de ecodesenvolvimento. Uma síntese, conforme Carrière e Cazela (2006) das principais dimensões, primeiramente do conceito de *desenvolvimento territorial* (DT), destacando o processo de criação coletiva e institucional associada a este novo estilo de desenvolvimento.

As discussões que permeiam o conceito de desenvolvimento territorial pontuam a necessidade de incorporar as dimensões históricas, junto das espaciais, nas análises do fenômeno do desenvolvimento territorial. A proposição de complexificar o espaço-lugar de desenvolvimento, substituindo-o pela idéia de espaço-território, possibilita identificar novas potencialidades de desenvolvimento (Vieira, Cazella e Cerdan, 2006; Carrière e Cazella, 2006), mas da mesma forma exige entender e mobilizar os atores que integram um dado espaço geográfico. Neste sentido, a participação dos atores locais é condição e pilar fundamental quando se pensa no processo de desenvolvimento territorial sustentável (Cazella, 2006).

O conceito de desenvolvimento territorial tem sentidos bastante distintos em relação aos países desenvolvidos, especialmente na França que é a base empírica para estes estudos. As formulações teóricas pioneiras têm como referencial empírico países ou regiões com expressivos indicadores econômicos, onde a questão central do desenvolvimento territorial não se reduz à luta contra a pobreza no campo. Os desafios urbanos mais significativos com a redução das disparidades de desenvolvimento social e econômico entre as regiões e as demais são o tema central (Carrière e Cazella, 2006). Em contextos socioeconômicos como o Brasil, não se pode ignorar as carências no suprimento das necessidades básicas, como segurança alimentar, alojamento, abastecimento de água, saúde e educação das populações mais pobres.

Segundo Veiga (2004), o uso cada vez mais freqüente da noção de DT tende a substituir a tradicional expressão “desenvolvimento regional”, pois permite uma referência simultânea ao desenvolvimento local, regional, nacional, e até continental (no caso da

Europa). Sinteticamente o autor menciona a evolução do conceito, marcado por algumas fases, especialmente numa fase transitória marcada pelo desenvolvimento local:

> (...) essa retórica do "DT" também deve muito à evolução paralela dos debates da "economia industrial", da "economia rural" e da "economia regional e urbana". Nos últimos quinze anos houve nessas três disciplinas uma forte valorização da escala "local", logo seguida (ou acompanhada) da necessidade óbvia e imperiosa de não isolá-la das escalas superiores que vão até a "global". A retórica do "DT" é certamente melhor que a do "desenvolvimento local", mas ambas estão longe de engendrar uma 'teoria e prática' que venha, de fato, superar as divisões setoriais (primário, secundário e terciário) e também permitir um tratamento integrado da divisão espacial (urbano-rural). (Veiga, 2004:29)

Na proposição de avançar na síntese atualizada do conceito de ecodesenvolvimento, considerando o DTS como um conceito em construção, Andion (2007) menciona que três campos estão envolvidos na configuração da noção do DTS, sendo eles: a) o debate que reintegra variáveis ambientais no processo de desenvolvimento a partir da noção de sustentabilidade[32] (conforme síntese no Quadro 2) que considera as dimensões econômicas, sociais, ecológicas, etc.; b) noção de território (inscrição espacial, social, política e cultural do desenvolvimento); e por fim, c) a institucionalização da ação coletiva e pelo retorno do ator.

Quadro 2: Critérios de sustentabilidade segundo Sachs (2002 e 2007).

Critérios	Especificações
SOCIAL	- alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; - distribuição de renda justa; - emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; - igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais;
CULTURAL	- mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação); - capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis de modelos alienígenas); - autoconfiança combinada com abertura para o mundo;
ECOLÓGICO	- preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis; - limitar o uso dos recursos não-renováveis;
AMBIENTAL	- respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;

[32] A questão da sustentabilidade já embasada a partir do debate construído no item anterior com base no binômio meio ambiente e desenvolvimento.

TERRITORIAL	- configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); - melhoria do ambiente urbano; - superação das disparidades inter-regionais; - estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento);
ECONÔMICO	- desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; - segurança alimentar; - capacidade de modernização contínua de instrumentos de produção com razoável nível de autonomia na pesquisa cientifica e tecnológica; - inserção soberana na economia internacional;
POLÍTICA (nacional)	- democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos; - desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores; - um nível razoável de coesão social;
POLÍTICA (internacional)	- um sistema efetivo das Nações Unidas para prevenir guerras, proteger a paz e promover a cooperação internacional; - um programa de co-desenvolvimento norte-sul, baseado no princípio da equidade (regras do jogo e compartilhamento de favorecimento dos parceiros mais fracos); - controle institucional efetivo das finanças e do comercio internacionais; - controle institucional efetivo da aplicação do princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, prevenção das mudanças globais negativas, proteção da biodiversidade biológica (e cultural) e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade; - sistema internacional de cooperação científica e tecnológica internacional, *desmercantilização* parcial da ciência e tecnologia, como elementos que pertencem também ao patrimônio comum da humanidade.

O Território, a Territorialidade e suas Dinâmicas

Tendo discutido sinteticamente os principais pontos que envolvem o ‘desenvolvimento’ e da mesma forma o que aqui é assumido como ‘sustentável’, pontuo também as principais noções relativas ao ‘território’, na busca de um entendimento geral sobre o que consiste o conceito em construção de ‘desenvolvimento territorial sustentável’.

Segundo Albagli (2004), o território vem do latim, *territorium*, que por sua vez, deriva de terra e significa pedaço de terra apropriado. As noções de espaço e território são distintas: o espaço representa um nível elevado de abstração, enquanto o território é o espaço apropriado por um ator, sendo definido e delimitado por e a partir de relações de poder, em suas múltiplas dimensões. Cada território é produto da intervenção e do trabalho de um ou

mais atores sobre determinado espaço[33]. A gênese, a dinâmica e a diferenciação dos territórios vinculam-se a uma variedade de dimensões, tais como: físicas, econômica, simbólica e sociopolítica. E dessa forma, cada território é, portanto, moldado a partir da combinação de condições e forças internas e externas, devendo ser compreendido como parte de uma totalidade espacial.

A autora ainda menciona que o conceito de *territorialidade* refere-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas (localidade, região ou país) e expressando um sentimento de *pertencimento*[34] e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade.

Segundo Abramovay (2006), a noção de território tem quatro virtudes básicas. A primeira refere-se ao abandono do horizonte estritamente setorial, além de ampliar a natureza teórica dos territórios que enfatizam a importância da cooperação e dos conhecimentos e experiências compartilhadas entre os atores na formação do ambiente que permitirá o desenvolvimento. A segunda é que ela impede a confusão entre crescimento econômico e o processo de desenvolvimento, incorporando a análise das instituições. A terceira indica que o estudo empírico dos atores e suas organizações são cruciais para compreender situações localizadas, considerando os vários setores econômicos, origens políticas e culturais, estimulando o estudo dos mecanismos de governança pública. E por último, o território enfatiza a maneira como a sociedade utiliza os recursos que dispõem na sua organização produtiva, e, portanto, na relação entre *sistemas sociais* e *ecológicos*, já explicitados nesta revisão. Segundo o autor:

---

[33] O território assume significados distintos em cada formação socioespacial. No mundo ocidental, o conceito de território foi de início centralmente associado à base física dos Estados, incluindo o solo, o espaço aéreo e as águas territoriais. Nas sociedades indígenas, apenas para citar um exemplo, o fundamental é o sentimento de identidade com a Terra-mãe, sentimento esse baseado no conhecimento, no patrimônio cultural e nas relações sociais e religiosas que esses povos guardam com aquela parcela geográfica (Albagli, 2004)

[34] *Pertencimento* será aqui entendido segundo definição de Sorrentino (2001) de "*sentir-se pertencente, oposto de alienação, emergindo ainda o da identidade, como capacidade de visualizar, identificar e compreender seu espaço e tempo. Essa compreensão possibilita uma potência no sentido de transformação, uma possibilidade maior de interferir positivamente no seu espaço*".

> (...) os territórios são o resultado da maneira como as sociedades se organizam para usar os sistemas naturais no que se apóia sua reprodução, o qual abre um interessante campo de cooperação entre as ciências sociais e naturais para o conhecimento desta relação (Abramovay, 2006:53).

Neste propósito, importante mencionar que algumas noções são importantes à análise do território, tais como *escala* e *redes* (Quadro 3).

Quadro 3: Noções de *escala* e *rede* importantes para a abordagem e análise do território e territorialidade.

ESCALA	A noção de escala é relacional, remetendo aos seguintes principais aspectos: a) tamanho/dimensão, envolvendo ordens de grandeza; b) diferenciações/especificidade; c) grau de autonomia; d) nível de análise e de complexidade. Do local ao mundial, as diferentes escalas territoriais correspondem a práticas políticas, econômicas e sociais específicas, que se organizam em torno e através dos poderes territoriais. O aprofundamento do processo de globalização e as transformações que lhe são subjacentes, no campo da economia, da ciência e tecnologia, da cultura, da política e dos padrões societários de modo geral, tem sido importantes repercussões sobre o significado e as relações entre várias escalas e as distintas territorialidades correspondentes.
REDES	As redes podem ser abstratas (redes sociais, sistemas de relações que vinculam indivíduos ou grupos sociais entre si); concretas (de transporte e comunicação); visíveis (rodovias e ferrovias); invisíveis (redes de telecomunicação), ou ainda formais/explícitas, ou informais/tácitas. Enquanto os territórios caracterizam-se pela contigüidade e a horizontalidade, constituindo o chamado "espaço banal", formado pelo conjunto dos atores sociais, as redes representam as verticalidades do território, sendo formadas por conjuntos de pontos que conformam o espaço dos fluxos ("parte do espaço e o espaço de alguns"). As redes tem sido instrumentos precípuos do processo de globalização, freqüentemente à custa da "desconstrução" de territorialidades.

Fonte: Albagli (2004).

A diferença entre **espaço-lugar** para **espaço-território,** em função do dinamismo dos indivíduos que nele vivem, traz uma noção de território que designa o resultado da confrontação dos espaços individuais dos atores nas suas dimensões econômicas, socioculturais e ambientais, complexificando o espaço-lugar funcional. Em outras palavras seria dizer que a formação de um território resulta do encontro e da mobilização dos atores sociais que integram um dado espaço geográfico e que procuram identificar e resolver problemas comuns (Carrière e Cazela, 2006:33).

Ainda, um 'território dado', cuja definição é político-administrativa, pode abrigar vários 'territórios construídos'. O território pode ser visto como uma configuração mutável, provisória e inacabada, e sua construção pressupõe a existência de uma relação de

proximidade dos atores (Pecqueur, 1996 *apud* Carrière e Cazela, 2006). O território pode então ser definido como uma construção social de um grupo combinado, por vezes provisório, estruturado em torno de recursos compartilhados, onde tais recursos estão ligados a um espaço físico bem delimitado (Pecqueur, 2006).

Já que na perspectiva territorial, o espaço é definido de uma forma dinâmica, as dinâmicas particulares de cada território, e a recomposição territorial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. As estratégias de desenvolvimento não são universais e segundo Andion (2007:69) elas convidam cada localidade ou região que enfrenta uma situação de declínio a inventar seu próprio modelo de reconversão. Desta forma, a autora menciona que a formação de um território não é um processo natural e exige uma organização/cooperação dos atores locais, visando mobilizar e colocar em valor os recursos territoriais, por meio de estratégias específicas, tanto no nível organizacional, quanto institucional.

Segundo Carrière e Cazela (2006:43) as dinâmicas territoriais possuem características especiais: a) são múltiplas e sobrepostas, além de impermanentes; b) seus limites não são nítidos; e c) buscam valorizar o potencial de *recursos* latentes, virtuais ou "escondidos".

Esses "recursos" são aqui entendidos como fatores a serem explorados, organizados ou revelados. Quando um processo de identificação e valorização dos recursos latentes se concretiza, esses recursos se tornam '*ativos territoriais*'. Os 'recursos' e 'ativos' podem ser: *genéricos* - transferíveis e independentes da aptidão do lugar e das pessoas onde e por quem são produzidos, ou *específicos* – são difícil transferência, pois resultam de um processo de negociação entre atores que dispõem de diferentes percepções dos problemas e diferentes percepções dos problemas e diferentes competências funcionais (Carrière e Cazela, 2006:34).

Os recursos territoriais referem-se a uma potencialidade, indo além dos recursos diretamente presentes e disponíveis para serem usados numa atividade produtiva. A diferença entre recurso e ativo é que o primeiro é uma reserva, um potencial latente (ou virtual) que pode se transformar em ativo se as condições de produto ou de criação tecnológica lhe permitirem. O segundo é um fator em atividade, valorizado pelo mercado e o que interessa é o esforço do território para manter sua identidade, valorizar a especificidade de seus recursos, transformando-os em ativos específicos (Pecqueur e Colletis *apud* Andion, 2007:71).

Embora o desenvolvimento territorial focalize prioritariamente as dimensões econômicas e sociais, deixando de fora o debate sobre a sustentabilidade, a agregação do

termo 'sustentável', incorpora variáveis que complementam o conceito inicial, nascido a partir dos distritos industriais[35]. Dessa forma, segundo Veiga (2003) *apud* Vieira e Cazella (2004) para se entender adequadamente o desenvolvimento territorial, torna-se necessário separar a análise em três temas que estão inter-relacionados, para assim contemplar as diferentes formas de expressão de empreendedorismo local (econômico, social e público) – Quadro 26.

Com este contexto, vale ainda ressaltar as contribuições do aprofundamento das noções sistêmicas de endogeneidade, descentralização, autonomia e sistemas produtivos integrados. Tais inovações estão incluídas, entre outras, na emergência de novas formas de reciprocidade econômica, nutridas pela formação de um tecido social especialmente coesivo e cooperativo. Em relação aos sistemas produtivos, pressupõe sua integração em *redes* de pequenas e médias empresas que transcendem a esfera das relações puramente mercantis e desvelam novos tipos de atividades. Além disso, a pesquisa de novos arranjos institucionais descentralizados e voltados para o exercício da governança local e territorial, da equidade e da busca de sinergia entre comunidades locais e os diferentes âmbitos de regulação estatal, e da gestão patrimonial dos recursos naturais/culturais (Vieira, 2006:261).

Quadro 4: Elementos para análise do desenvolvimento territorial.

Recomposição dos territórios	Diferentes formas de articulação intermunicipais e microrregionais, como associações e consórcios de municípios. O poder de atração de um território, assim como sua permanência, são tão mais fortes quanto mais eles dispuserem de recursos e ativos específicos.
Sistemas Produtivos Localizados	Conjunto de unidades produtivas tecnicamente interdependentes, economicamente organizadas, e territorialmente aglomeradas. O SPL beneficia-se de uma forte identidade e de características que permitem à coletividade local de se defender e reproduzir. O enfoque de SPL permite desvelar os padrões de organização que articulam as empresas sediadas num dado território, além de explicitar a natureza das externalidades que a proximidade entre as mesmas acaba gerando. Os SPL não se desenvolvem de maneira linear e determinista.
Qualidade do Meio Ambiente	Possibilidade da competitividade chegar a ser comprometida pela degradação ambiental. Valorização do patrimônio natural e cultural como principal trunfo do desenvolvimento dos territórios. Tal valorização vista como um processo de construção, que necessariamente envolve o engajamento dos atores sociais.

Fonte: Vieira e Cazella (2004); Courlet (2006).

[35] O ambiente social e econômico de um distrito industrial diferencia-se completamente da localização pura e simples das unidades produtivas numa certa área, sem ancoragem local. A proximidade e o modo de funcionamento de pequenas e médias empresas integradas aos distritos industriais são marcados pelo estabelecimento de estreitas relações de cooperação. Associada a esta característica, também se faz presente as relações socioprofissionais entre os empreendedores e seus funcionários, como a articulação entre o saber-fazer local e o saber cientifico. Dessa forma, tais pilares não negligenciam o papel dos atores locais nos processos de desenvolvimento (Carriére e Cazella, 2006).

Contudo, tal enfoque contrapõe-se ao esforço de ajustamento passivo às coações geradas pela globalização de inspiração neoliberal, instaurando-se assim uma nova lógica de organização territorial do desenvolvimento, para de certa forma combater os problemas suscitados por tal globalização, que potencializa o fenômeno de padronização, bem como a descentralização dos processos produtivos (Vieira, 2006; Pecqueur, 2006).

Segundo Pecqueur (2006), a existência de uma renda dita de qualidade territorial, combinando a qualidade do produto e a sua ancoragem num local específico, dispondo de uma história e saberes locais específicos, permite colocar em prática uma estratégia voltada para uma oferta ao mesmo tempo diversificada (com vários bens e serviços) e situada, no sentido de potencializar o espaço especifico à sua cultura e à história.

Tal proposta é assumida pelo autor, como o *modelo de cesta de bens*. Em síntese, tal modelo defende a ideia de uma articulação dos modos de valorização de diversos produtos, numa intensificação da oferta, onde o produto líder atrai consumidores que também apreciam a qualidade dos outros produtos da 'cesta', o que reforça a qualidade global do território. A cesta de bens possui as seguintes características: a) conjunto de bens e serviços complementares, que se fortalecem nos mercados locais; b) uma combinação de bens privados e públicos, que convergem para a elaboração de uma imagem e de uma reputação de qualidade territorial; e c) uma organização interativa/interdependência entre produtores da cesta (clube), visando internalizar a renda da qualidade territorial.

Por fim, a abordagem territorial opõe-se as alternativas neoliberais para enfrentamento da crise do Fordismo, mostrando que os espaços locais não têm como destino apenas espelhar os movimentos globais. Defendem uma teoria 'de baixo para cima', onde as comunidades locais se mobilizam para valorizar suas especificidades, frente a um processo de globalização recente (Andion, 2007:72). Ainda, possibilita com suas estratégias, minimizar a exclusão social, a elitização do desenvolvimento, reforçando as identidades territoriais e compatibilizando as políticas setoriais com as territoriais, indo ao encontro das proposições do ecodesenvolvimento.

CAPÍTULO 2 – O Contexto Socioecológico da Área de Proteção Ambiental da Costa Brava

> *O comportamento do ecossistema e como ele responde para exploração do recurso pode ser imprevisível. A maior mudança no pensamento ecológico nos últimos 20 anos é o entendimento que a natureza raramente é linear e seus processos são dominados por incertezas (*Berkes e Carlsson, 2005)

Analiso neste capítulo a configuração do sistema socioecológico da região que integra os limites do território previamente definido como Área de Proteção Ambiental da Costa Brava. O capítulo está organizado em três partes. Primeiramente descrevo a área, com foco na situação dos recursos, na base socioeconômica-tecnológica e nas trajetórias de desenvolvimento (atributos biofísicos e tecnológicos). Depois descrevo as instituições formais e informais associadas à zona costeira e os instrumentos de gestão que têm sido utilizados ou não na área, bem como as inovações institucionais e espaços de negociação (arranjos de tomada de decisão). Por fim, aponto os principais atores envolvidos no processo de gestão e suas relações/interações, os principais conflitos e os circuitos de comercialização associados a pesca artesanal. Ainda comento sobre os saberes locais ainda presentes junto à comunidade e seu papel nas novas configurações institucionais (padrões de interação).

2.1. Descrição da área: os atributos biofísicos e tecnológicos

A descrição área de estudo será feita mediante a especificação da *situação geral dos ecossistemas e a base socioeconômica-tecnológica*. Esta descrição será pontuada a cada um das oito comunidades, com foco na atividade pesqueira (Barra, Laranjeiras, Taquarinhas, Taquaras, Pinho, Estaleiro, Estaleirinho e Morro do Boi), seguidas de uma *síntese integrada* que compõe a área de estudo, com o intuito de visualizar os diferentes elementos que compõe o sistema socioecológico da área. Como agregação para o entendimento das dinâmicas territoriais, também irei discorrer sobre as *trajetórias de desenvolvimento.*

No entanto, antes de focarmos na descrição da região da Costa Brava, importante mencionar algumas características essenciais que compõe o cenário do município de

Balneário Camboriú e que condicionaram seu processo de desenvolvimento e uso dos recursos. Balneário Camboriú possui uma área de 46 km^2, limitando-se ao norte com o município de Itajaí, ao sul com Itapema, leste Oceano Atlântico e ao oeste com Camboriú, sendo atualmente um dos núcleos de turismo receptivo de maior destaque no sul do Brasil (Lins et al., 2002).

Sua população atual, segundo dados do IBGE (2008), atinge atualmente 99.493 habitantes, com densidade demográfica em torno de 2.050 habitantes/km^2. Esses dados confirmam o acelerado adensamento populacional e expansão urbana ocasionada nos últimos 15 anos, onde a população residente foi mais que duplicada (Tabela III). Além do aumento da população residente, os picos populacionais no período de verão, atingem um milhão de habitantes que comprometem os recursos e ao mesmo tempo dinamizam a economia local.

Tabela III: número de habitantes do município de Balneário Camboriú desde a década de 1970. (Fonte IBGE).

Ano	1970	1991	1996	2000	2007
Número de habitantes	10.810	40.308	57.687	73.455	94.344

Sem dúvidas, essa expansão urbana exigiu que o município explorasse cada vez mais seus recursos disponíveis, especialmente relacionados às praias que impulsionaram o turismo na região. Atualmente caracterizados por uma área urbana e com foco na região polarizada da foz do Rio Camboriú, o município pode ser subdivido genericamente por três conjuntos de praias (regiões), a dizer, região central (praia central), região agreste (Costa Brava, região situada ‘depois do Rio Camboriú’) e região norte (divisa com Itajaí), conforme proposto na Tabela IV:

Tabela IV: Conjunto de praias que compõe o município de Balneário Camboriú (SC).

Praia Central *região central*	Praia central com cerca de 7 km de extensão. Enquanto espaço urbano inclui o bairro central (Centro) e os ditos periféricos (Bairro das Nações, Municípios, Vila Real, Nova Esperança, Pioneiros, etc.).
Praias Agrestes (Costa Brava) *região sul*	Barra Praia de Laranjeiras Praia de Taquarinhas Praia de Taquaras Praia do Pinho Praia do Estaleiro Praia do Estaleirinho
Praias Norte *região norte*	Canto Praia do Buraco Praia dos Amores

Cada uma dessas regiões apresenta características similares, mas acima de tudo, especificidades, tanto pelas suas características naturais, como pelos aspectos sociais e culturais. Neste sentido, o foco da pesquisa recai sob os elementos que constituem o sistema socioecológico das praias agrestes, chamadas também de Costa Brava.

2.1.1. Os ecossistemas, o sistema socioeconômico-tecnológico e as pescarias da Costa Brava

> *A pesca dá mais serviço que lucro na verdade, porque a nossa costa, é costa braba né...*(*O Tradicional*, 62 anos, pescador desde 17 anos)

Conforme já mencionado na Introdução, a região da Costa Brava focalizada neste estudo incluirá, além das seis praias agrestes e o Bairro da Barra, o Morro do Boi. Atualmente, pela divisão geopolítica do município, o Morro do Boi faz parte do Bairro Nova Esperança. No entanto, sugere-se aqui uma nova divisão ou inclusão dessa localidade à região sul do município, tendo como base as características socioecológicas desse território que serão descritas a seguir.

De forma geral, os recursos da região sul são compostos por praias preservadas, num complexo de ecossistemas costeiros e marinhos, como estuários com a presença manguezais bem configurados, apesar das alterações já evidenciadas pela ação antrópica. No entanto, tais alterações não estão ainda no grau de degradação encontrada na praia central. A orla marítima apresenta em sua maioria porções do ecossistema de restinga-fixadora de dunas ainda preservados, sendo a planície costeira recortada por morrarias com Floresta Atlântica, com alguns setores em fase de avançada regeneração. Em geral, essas localidades possuem baixa ocupação e com exceção do Bairro da Barra, não estão relacionadas com o Rio Camboriú, formando sete microbacias principais e de certo modo, independentes (Rech, 2003; AMBINAT, 1997).

Atualmente os principais recursos explorados são os recursos pesqueiros com diferentes modos de apropriação em cada uma das pescarias. Existe um uso mínimo das morrarias, com pequenas plantações (roças) de mandioca e alguns outros produtos agrícolas para subsistência. O Bairro da Barra teve uma longa fase de exploração de granito, as chamadas "pedreiras", que perdurou até meados de 2006. Além disso, os recursos naturais, especialmente os localizados em Área de Preservação Permanente, têm sido amplamente disputados por residências e demais empreendimentos turísticos em ascensão na região.

Um importante aspecto diz respeito aos recursos hídricos. A população dessa região, com exceção do Bairro da Barra, depende exclusivamente dos recursos hídricos locais, com a captação de água por poços artesianos, ponteiras ou nascentes. Esses mais de 1100 habitantes (Dados da Associação de Moradores da Praia de Taquaras/AMPTA, 2001) competem pelo uso desses recursos que apresenta níveis de comprometimento, tanto pela sua contaminação por esgoto doméstico, como pelos fortes indícios de redução do recurso, com a contaminação salina, devido ao excesso de bombeamento (Foppa, 2003).

De maneira relacionada, e não menos importante, a ausência de um saneamento ambiental eficiente reflete em prejuízos socioambientais. A descarga do efluente não tratado reflete na destruição de habitats, danos à biodiversidade, riscos para a saúde humana, incluindo infecção e impactos negativos em atividades econômicas, como pesca e o próprio turismo (Wagner e Bellotto, 2008). A praia central, apesar de possuir rede coletora e sistema de tratamento de efluentes, vivencia um permanente problema, especialmente pela flutuação da população em períodos de verão. Da mesma forma a região sul repete o modelo da praia

central, onde a expansão urbana e infra-estrutura de acesso foram proporcionadas sem que antes houvesse um planejamento relacionado ao abastecimento de água e esgoto.

Atualmente, apenas a Praia de Taquaras, apresenta um sistema de coleta e estação tratamento de efluentes implementado pela Prefeitura Municipal, com recursos provenientes da Agência Nacional das Águas. Anteriormente a esta proposta, a Escola Municipal foi contemplada por um sistema alternativo de tratamento de efluentes por *zona de raízes*, proposto em parceria com a UNIVALI, prefeitura, escola e comunidade. As demais praias, não apresentam qualquer sistema, além dos Sistemas Individuais de Tratamento de Efluentes (SITEs), as chamadas fossas/tanques sépticos, que possuem eficiência reduzida em função do solo arenoso característico dessa região.

O ecossistema de praias das praias agrestes possui característica diferente da praia central, distinguindo-se desta por serem, com exceção da praia de Laranjeiras, *praias reflectivas*[36]. Tais características refletem no uso dessas praias. Por serem consideradas 'praias perigosas para banho' por turistas e até mesmo por moradores locais, são de certo modo pouco frequentadas. Isso é fala constante dos moradores que recorrem a isto para justificar que as praias não ficarão tão cheias como Laranjeiras, que apresenta característica oposta, com 'mar calminho'.

Em se tratando do contexto socioeconômico, existem fortes transformações. O crescimento da região, a partir da construção da Avenida Interpraias, tem direcionado as atividades, num modelo muito semelhante ao adotado pela praia central, a partir da década de 60, com a construção da BR-101. Este modelo é fortemente direcionado ao turismo, especialmente o turismo de massa, ou seja, exploratório, de alta densidade e sazonal. Esses indícios são visualizados pela presença de estruturas locais, bem distintas das que existiam anteriormente à Interpraias, tais como casas noturnas, bares e restaurantes voltados a um tipo específico de público, e respaldados pelo poder público local, que *a priori* não tem priorizado os aspectos da realidade local, especialmente no que se refere às questões culturais.

[36] Essas praias desenvolvem-se quando a ação da onda é mínima e o sedimento é grosseiro. Nestas praias não existe uma zona de arrebentação, e as ondas produzem uma zona de varrido larga acima da praia. A praia possui um declive forte e a energia da onda incide diretamente sobre a face da praia, e é refletida na direção oposta (Brown e McLachlan, 1994).

Ainda relacionado à Interpraias, antes da sua construção, os sistemas de manejo dos recursos estavam associados a sistemas comunitários/familiares da terra e do mar. Essa transformação foi acentuada após a construção da avenida, com a privatização das terras, para fins residenciais, de alguns espaços públicos e grande parte deles em Área de Preservação Permanente.

Quanto ao sistema pesqueiro, as principais pescarias desenvolvidas na região são: a) a pesca de arrasto de praia, especialmente a tainha; b) a pesca do camarão, especialmente sete-barbas; c) as redes de espera (caceio, fundeio e superfície); d) os cercos fixos flutuantes e; e) a maricultura.

A partir desse panorama geral, serão pontuadas na sequencia, características e especificidades de cada uma das praias/bairros da Costa Brava.

2.1.1.1. Bairro da Barra: "Barra, o forte é a pesca, a verdade é, era a pedra e a pesca"

Limita-se ao norte com o Rio Camboriú, ao sul com a praia de Laranjeiras, a leste com o promontório de Laranjeiras e ao oeste com a BR-101 e liga através da Avenida Interpraias todas as praias do sul do município. Conta com uma população em torno de 4.300 habitantes e é o maior Bairro em população da região da Costa Brava.

A "Barra", como costuma ser chamada pelos moradores nativos é o primeiro núcleo urbano do município. Explorada pelos açorianos, retrata um marco histórico onde se encontra o maior número de nativos de Balneário Camboriú. Anteriormente chamada Arraial do Bom Sucesso, mas desde então concentra uma comunidade de famílias tradicionais açorianas que desempenham fortemente atividade pesqueira. Além da atividade pesqueira artesanal, as atividades econômicas estavam fortemente relacionadas à extração de minerais nas 'pedreiras', até meados de 2006, quando a atividade é impedida pela atuação do Ministério Público Estadual. Tal impedimento ocasionou a paralisação das atividades e com isso, muitas famílias ficaram sem alternativas de trabalho. Situação esta que permanece até os dias atuais.

Seu limite com as margens do Rio Camboriú, possibilita que seja abrigada uma grande frota de embarcações pesqueiras da região. Um contraste bastante acentuado com a margem

norte, que abriga grandes marinas, bem como trapiches ocupados por embarcações de cunho turístico, como barco de passeios, bares e restaurantes.

A população que não está vinculada as atividades econômicas locais, ou que necessitam de atividades comerciais excedentes aos oferecidos pelos comércios locais, deslocam-se ao centro de BC preferencialmente pela Balsa que cruza o rio Camboriú (pedestres e ciclistas), ou pela BR-101. Durante muito tempo, a proposta de uma ponte que ligasse a Barra ao Centro foi anseio da comunidade e parte do discurso político de muitos representantes do poder executivo e legislativo municipal. Proposta esta que nunca foi concretizada, e que para tal precisaria ser analisada criteriosamente.

Atualmente, os principais aspectos relacionados à foz do Rio Camboriú e que mobilizaram a comunidade da 'Barra' dizem respeito à construção do *molhe*[37] da Barra Sul e a construção da Marina Tedesco. O primeiro alterou as características da foz do Rio, alargando-a, e da mesma forma provocando o assoreamento, alterando a profundidade do rio. Tal situação é identificada pelos pescadores de camarão, especialmente os que possuem embarcação de médio porte (cerca de 12 metros):

> *O mole ali ficou ótimo, só que deixaram muita largura, ficou muito largo, daí cria muito banco de areia. Atrapalha bastante. Se o mole fosse mais pra cá, tinha mais força d'água e jogava areia fora. Pra sair ali dentro do rio, passa quase dentro do banco de areia. Um barco igual ao meu, já tem lugar que não passa. Ai fizeram do jeito dele...*(*Sete-Barbas S.A.,* 50 anos, pescador de camarão*).*

O outro aspecto mobilizou especialmente a Associação de Moradores da Barra para garantir que a balsa de travessia mantivesse seu espaço na margem norte do Rio Camboriú, não a perdendo ao grande empreendimento da Marina. Além disso, o Ministério Público Federal a partir de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) junto ao Grupo Tedesco, exigiu que recursos fossem disponibilizados e revertidos para região.

A foz do Rio Camboriú é espaço disputado por diversos atores que desempenham atividades econômicas na região. Exemplo disso refere-se a 'banca do pescador'. Durante

[37] Termo referente à obra marítima que consiste numa estrutura costeira semelhante a um pontão, ou estrutura alongada que é introduzida nos mares ou oceanos, apoiada no leito submarino pelo peso próprio das pedras ou dos blocos de concretos especiais, emergindo da superfície aquática. É uma longa e estreita estrutura que se estende em direção ao mar, sendo uma ponta do molhe situada no mar e a outra ponta em terra. Fonte: Wikipedia Enciclopédia Livre.

muito tempo, parte da margem norte do rio Camboriú era território dos pescadores artesanais que vendiam sua produção, diretamente aos turistas e moradores da região. Além de ser um ponto estratégico, localizado na Avenida Atlântica (Barra Sul), era de fácil escoamento da produção, devido ao acesso direto pescadores que vinham da Barra. No entanto, depois de uma negociação arbitrária da prefeitura municipal que envolveu a colônia de pescadores[38], vereadores e empresários, a banca do pescador foi perdida, e "eles correram com o pescador". Tal ação substituiu o espaço-território dos pescadores para espaço-território da elite de Balneário Camboriú. A banca do pescador que mobilizava a grande parte dos pescadores da Barra foi transferida para um local, avaliado pelos pescadores, como escondido dos turistas e de difícil acesso para escoar a produção.

> *Porque lá na Barra Sul pegaram as assinatura, da banca do pescador, e depois botaram lá pra trás. Ainda tem que cuidar, porque se o pescador não cuidar aquela banca vai vir aqui pra barra, daí mesmo que não vai dar nada. Se lá já ta ruim, imagina aqui (Pescador R.,*nascido na praia do Estaleiro e morador da Barra*).*

> *Não tem validade aquilo ali. Não passa o movimento.* (*Sete-Barbas R.A.J.,* 55 anos, pescador desde sempre).

Além da margem norte do Rio Camboriú, atualmente a margem direita tem sido alvo de propostas que resultam em dissonâncias entre a comunidade local diretamente usuária dos recursos e demais atores locais. A proposta é "reformar" e "embelezar" o trapiche dos pescadores. Em reunião realizada no dia 28 de maio de 2008, pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CONDES) de Balneário Camboriú, o representante do escritório municipal da EPAGRI menciona que é necessário 'embelezar o porto dos pescadores da Barra, fazer igual à Marina, pois assim melhoraríamos o visual, pois quem olha lá da Marina, vê uma coisa feia'. Tal postura é contestada pelos pescadores que claramente entendem os interesses que permeiam tal obra:

> *O trapiche tem que deixar assim. O trapiche como eles querem fazer, fica difícil pra encostar a embarcação. Por causa da força da maré (Sete-Barbas R.A.J.,* 55 anos, pescador desde sempre).

[38] A colônia de pescadores na época era presidida por Donatil Martins (1993-2000), que também exercia o cargo de vereador do município (1997-2000). O prefeito na ocasião era o Sr. Leonel Arcângelo Pavan, em seu segundo mandato (1997-2000).

As lancha da marina tudo bem, tem ré, porque a embarcação pequena de camarão, você vem, não tem como dá uma ré (Pescador R., nascido na praia do Estaleiro e morador da Barra).

Ainda em relação ao sistema pesqueiro, a Barra concentra fortemente atividade relacionada ao camarão sete-barbas (*Xyphopenaeus kroyeri*), além de uma parcela significativa de pescadores que utilizam as redes de espera (caceio, fundeio e superfície). Essas atividades mobilizam a socioeconomia local com a existência de mais de 35 unidades de beneficiamento/processamento familiares do pescado com forte participação das mulheres. Em relação a isso, maiores detalhes serão propostos no item 2.3.3 deste capítulo.

De certo modo, compondo o sistema pesqueiro, as casas de artesanato local tem tido expressão nos últimos tempos. Com a participação da Fundação Cultural, e também da EPAGRI, comércios ligados ao artesanato local, tem se constituído, a partir dos cursos oferecidos no local.

Em complementação ao tecido socioeconômico que compõe o Bairro da Barra, tem-se a presença de favelas nas morrarias que compõe parte das Áreas de Preservação Permanente. Tal situação, em grande parte é reflexo de um modelo de desenvolvimento adotado no município, bem como de políticas descontextualizadas e que não propõem alternativas, especialmente de trabalho e renda, como ocorreu com a proibição do funcionamento das pedreiras.

2.1.1.2. Praia de Laranjeiras: de sítio arqueológico a reduto de empresários

A pequena praia de Laranjeiras, com cerca de 750 metros de extensão, limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, a oeste com a localidade da Barra e com o Oceano na Ponta da Aguada, a leste com o Oceano Atlântico na ponta das Laranjeiras, e ao sul com a localidade de Taquarinhas. Possui na pequena faixa de planície estrangulada entre o Oceano e o Morro das Laranjeiras, não mais que 35 residentes fixos (dados AMPTA, 2001), com cerca de 12 famílias, cujas principais atividades econômicas relacionam-se à pesca, maricultura e turismo.

Sem dúvida, falar e pensar em Laranjeiras remete ao fato de esta ser uma área de grande interesse cultural e histórico, apesar de que de maneira geral esta é sempre lembrada como foco do turismo de massa. Toda a praia foi um grande sitio arqueológico, com idade

datada em aproximadamente 3 mil anos (Schmitz e Bitencourt, 1996). As condições ecológicas eram muito propícias, conforme descrição dos autores: 'lugar ameno, praia linda, rica em pescado e, na época, certamente também de caça, comprovado pelas numerosas ossadas de peixes, aves e mamíferos recolhidos durante as escavações, além da abundante água potável nas duas extremidades e no meio do sitio arqueológico'.

No entanto, os interesses da especulação imobiliária oprimiram grande parte da história local com o intuito de ceder espaço aos bares e restaurantes que ocuparam a orla marítima, em sua maioria em APP. Apesar da pequena faixa de areia e de sua planície, Laranjeiras cresceu baseada num modelo de desenvolvimento que priorizou o turismo de massa. A construção da Avenida Interpraias trouxe outros empreendimentos, como a implantação do Parque Unipraias[39], um complexo turístico, com 46 bondinhos aéreos, com três Estações/paradas: Estação Barra Sul, Estação Mata Atlântica, Estação Laranjeiras. As duas últimas estão relacionadas a Laranjeiras, sendo a Estação Mata Atlântica, uma parada intermediária no trajeto, localizada no Morro da Aguada com estrutura para exposições e um parque 'ambiental' com cerca de 60 mil m^2 e 50 metros de passarelas 'ecológicas'. Já em relação a Estação Laranjeiras, os turistas seguem por um 'boulevard' que abriga uma série de pequenos estabelecimentos comerciais, com poucos elementos da cultura local.

No pequeno espaço disponível da praia de Laranjeiras também foi implantada uma pista de 'bicicross', localizada parcialmente na morraria que abriga a praia, atraindo grupos específicos durante as competições promovidas com apoio da prefeitura municipal.

Um aspecto importante, e que fica tangenciado nas principais discussões sobre a economia local está relacionado a alterações do público freqüentador dessa praia ao longo do tempo. A praia de Laranjeiras, antes mesmo da Avenida Interpraias possuía um melhor acesso, se comparado com as demais praias que estavam em quase completo isolamento geográfico, proporcionando a vinda de turistas e outros frequentadores já em meados da década de 70-80. Neste sentido, a construção da Interpraias, diluiu o público de veranistas entre as demais praias, alterando o perfil desses freqüentadores.

> *Nós tínhamos um público com poder aquisitivo melhor na época, porque o pessoal só conseguia chegar até o morro ali, dali ficava tudo aqui. Então eles não conseguiam subir.*

[39] Consulta no site www.unipraias.com.br.

Hoje o que acontece, aquele que tem poder aquisitivo, chega aqui, 'ah, a praia aqui ta cheia', vai pra frente. Fica aqui só o bagaço...antes patinava, mesmo no seco, chegava ali, não subia (Maricultor K.G.A., 51 anos).

No entanto, não só os bares, restaurantes e bondinho aéreo movimentam a economia local. A pesca artesanal possui grande expressão com diversas pescarias, tais como o arrasto de praia, o cerco fixo flutuante e a maricultura (ostras, mariscos e vieiras), resguardando modos de apropriação do recurso com dimensões familiares e comunitárias fortes. A pequena baía abriga não só o cultivo de marisco e o cerco fixo, como também os diversos barcos turísticos que passam e desembarcam no trapiche de Laranjeiras.

Ainda como elemento turístico da região, existe a "Toca do Urso", que proporciona a visitação, a partir de trilhas ecológicas guiadas pelo morador da praia que vive em uma toca. Tal atividade pode ser considerada uma das únicas formas de resguardar e valorizar a história local. A trilha ecológica é enriquecida com ossos de baleia, oficinas líticas, além dos elementos em destaque da flora e fauna local.

A praia de Laranjeiras conta com uma Associação de Comerciantes e Associação dos Carrinhos de Milho, além de constituir em 2007, sua Associação de Moradores. Outro ator importante que compõe o cenário é o Ministério Público Federal que desde 2006 tem atuado diretamente na região, a partir de uma Ação Civil Pública contra 18 (dezoito) réus, entre proprietários de terrenos, restaurantes, pescadores que possuem construções erguidas em APP, além da prefeitura municipal por não exercer seu papel de fiscalizar tais obras. Todos esses atores estão desde 2006 em processo de negociação para recuar suas instalações além dos 33 metros de marinha, conforme determina legislação federal.

Mesmo diante deste cenário, a prefeitura não hesita em promover novas estratégias para dinamizar a economia local, sem, no entanto, preocupar-se com as dimensões sociais e ambientais explícitas em todo o município. Em 2007, durante as discussões do Plano Diretor Municipal, foi exposta a proposta de migrar as casas noturnas da praia Central para praia de Laranjeiras. Isso desencadeou uma mobilização muito grande, dos poucos moradores de Laranjeiras, como das praias e bairros vizinhos, que conseguiram com êxito impedir a proposta de tal empreendimento.

2.1.1.3. Praia de Taquarinhas: "o projeto tá lá, tá pronto, como Deus fez, tem que continuar eternamente"

A praia de Taquarinhas limita-se ao norte com Laranjeiras, a leste com o Oceano Atlântico no promontório de Taquarinhas, a oeste com Taquaras, e ao sul com o Oceano Atlântico. Possui uma extensão de 730 metros e sua principal característica é de não possuir população fixa residente, além de uma única residência situada na proximidade da orla marítima.

Essa peculiaridade, especialmente considerando o contexto do centro-norte catarinense, com praias extremamente adensadas, é um grande atrativo paisagístico para a região. Apesar de alguns autores caracterizarem a área com características primitivas, sem hotéis, pousadas, e por isso inexistindo a possibilidade de gerar empregos, conforme descrito por Rech (2003), tais características atraem, não só na temporada de verão, a atenção de turistas e de empresários de todo o Brasil. Tal atração embora seja fortemente marcada por anseios da especulação imobiliária, as características singulares desta praia podem ser um grande elemento de dinamização socioeconômica, se pensada e estruturada a partir de outro estilo de desenvolvimento.

Atualmente, a praia de Taquarinhas também gera um fluxo intenso de pescadores amadores/pesca esportiva que freqüentam a área em busca de bons 'pesqueiros'. Isso mobiliza a única família residente, que além de ser 'caseiro' da praia, também organiza os carros e conduz os 'pescadores' até os pontos de pesca.

Fundamentalmente, a praia de Taquarinhas apresenta um dos últimos remanescentes de restinga, em um estágio de conservação ímpar no litoral centro-norte catarinense (AMBINAT, 1997). As importantes descrições da composição florística realizadas por Hering-Rinnert e Sevegnani (2002), caracterizaram a área em vários estádios sucessionais, com cobertura vegetal modificada, sugerindo assim o uso histórico da área pela agricultura de subsistência. Os pesquisadores ainda identificaram uma espécie de grande relevância, a *Campomanesia reitzii* (Família Myrtaceae) considerada como endêmica, rara, ou ameaçada de extinção. Tal referência também é feita pela Resolução CONAMA n° 261/1999, classificando-a em seu anexo como uma espécie arbustiva, endêmica, rara ou ameaçada de

extinção. Assim, a praia de Taquarinhas possui uma vegetação bem estruturada, com significativa diversidade de espécies arbóreas relevantes ao contexto ecológico da região.

Importante considerar que 'as taquarinha', como é mencionada pelos moradores nativos era gerida pelos moradores da praia de Laranjeiras, especialmente nas relações estabelecidas com a agricultura.

> *Aquilo era do pessoal de Laranjeiras, mas depois ficou o cara que morava lá e plantava mandioca. Mas o terreno era da Laranjeiras. Tinha muitos donos la da Laranjeiras. João Cassino, Dorval, um bocado de gente era dono lá daquele terreno (...) o cara que plantava lá, que tava morando, plantava pra ele, então, então dava pra fazer a meia, eu fazia a meia deles lá, eles tinham a metade.* (*O Agricultor,* 83 anos, morador nativo)

Além disso, Taquarinhas parecia ser um território compartilhado pelos moradores das diversas praias. Tal situação foi mencionada por pescadores da praia do Estaleiro, que junto com outros pescadores compartilhavam a safra da tainha.

> *Na Taquarinha. Eu ia daqui, passava esse picada toda, pelo mato todo, pescar lá em Taquarinha. Isso foi em 70, quando o Brasil foi campeão do mundo na copa de 70 (...) chegava em casa, tomava um banho, de banheira, né, por naquele tempo não tinha chuveiro, não tinha nada, né. Aí tomava um banho, trocava de roupa, pegava uma comida, botava na bolsa, daqui pra lá, dormia o resto da noite lá. Pra de manha ta lá. Porque na época, nós criamo um rancho desse lá. (...) Era desse Januario Rosa, do Mané Tanazio*[40]*, que já é morto, e do Noi, Agenor. Que é aquele que tem a rede na Laranjeiras.* (*O Patrão,* 57 anos, pescador desde os 13 anos)

Essa situação existiu até a pesca da tainha de 2005, onde uma forte relação entre os pescadores do arrasto de praia de Taquaras era mantida com Taquarinhas. Inclusive o segundo maior lance de tainha cercado pelos pescadores de Taquaras (13.000) se deu na praia de Taquarinhas, uma vez que esta era território de pesca desses pescadores. Após a compra do terreno de Taquarinhas por uma empresa de construção civil de Curitiba (Thá Construtora) outro grupo de pescadores requereu direito de pesca, gerando conflitos com os pescadores de Taquaras. Situação que será descrita em detalhes no item 2.3.2., especialmente no que se refere ao projeto de implantação de um *resort* por esta empresa.

[40] Januario Rosa era 'dono de rede' de tainha na Praia do Estaleiro e Mané Tanazio é mencionado o mais famoso pescador de Taquaras. Relatos obtidos dos entrevistados '*O Vigia*' e '*O Patrão*'.

Desta forma, saliento, que enquanto representação, a praia de Taquarinhas está incluída no estatuto da Associação de Moradores da Praia de Taquaras, uma vez que a única família a residir nesta praia (caseiro) tem fortes vínculos familiares e históricos com a praia de Taquaras.

2.1.1. 4. Praia de Taquaras: "pra mim não tem outro lugar, importância disso aqui pra mim é um pedaço da minha vida"

A praia de Taquaras limita-se ao norte com o Oceano Atlântico na Ponta das Laranjeiras, a oeste com o Morro de Laranjeiras e a localidade da Barra, a leste com o Oceano Atlântico, ao sul com a localidade do Pinho na Ponta das Taquaras. Possui a segunda maior praia em extensão da Costa Brava com cerca de 1200 metros e sua planície tem sido amplamente ocupada.

'As taquara', possui recursos naturais importantes, tais como uma pequena lagoa costeira que divide geograficamente os núcleos de moradores nativos. Na porção sul da praia, em direção a Galheta, reside ainda um conjunto de famílias descendentes de pescadores-agricultores nascidos nessa praia, dos quais muitos permanecem na atividade pesqueira, e desta forma, configura-se uma 'vila de pescadores'. Assim como na porção sul da praia, outros núcleos de famílias tradicionais residem na porção central e norte da praia, sendo algumas com propriedades que demonstram a forte atividade agrícola desenvolvida na região. Esses núcleos de famílias possuem relações de parentesco fortes, mantendo de certo modo, uma coesão social diferente das demais praias. Suas propriedades abrigam as casas dos pais, filhos, netos e irmãos que dividem seus lotes de acordo com regras familiares, regras estas que são assumidas pelo contexto interno da comunidade e não por regulamentações 'externas' da comunidade.

Taquaras possui diversas pescarias, tais como o arrasto de praia, especialmente a pesca da tainha, pescadores vinculados a rede de espera e um cerco fixo flutuante. A forte referência como vila de pescadores, faz com que alguns pescadores possuam em sua residência/rancho de pesca pequenas unidades de beneficiamento e processamento do pescado capturado, mantendo-os como pescadores profissionais, vivendo anualmente da atividade pesqueira.

Se não pelos elementos mencionados acima, Taquaras tem um grande diferencial das demais praias, pelo simples fato de ser a única em permanecer com os engenhos de farinha, assim como pequenas 'roças' de mandioca em funcionamento. A partir da coesão familiar de algumas famílias, assim como com a proximidade e valorização da vida tradicional pelos moradores mais antigos, as propriedades foram, ainda que com dificuldades, mantidas. A farinha produzida fica para o consumo da família e parte da produção, algumas vezes é vendida. Maior detalhamento do sistema associado aos engenhos de farinha será descrito no item 2.1.2.

Atualmente, a praia de Taquaras possui também pousadas, restaurantes e pequenos comércios que mobilizam parte dos moradores nativos nessas atividades. Além disso, muitos moradores nativos realizam atividades associadas à limpeza de terrenos e cuidam de propriedades de moradores de segunda residência (ditos caseiro) que estão aumentando a cada ano na região. Outros desenvolvem atividades no centro de Balneário Camboriú com 'carteira assinada'. Impressão esta compartilhada pelos moradores nativos, especialmente por membros de uma família tradicional local que resguarda aspectos da tradição local.

> *Era só isso ai que eles trabalhavam aqui, naquele tempo. Era na pesca e na roça, né. Portanto hoje em dia ainda ta assim também, nós aqui na pesca, nós ainda temo assim, nós temo na pesca, e às vezes fazendo um pouco de farinha, é assim que ta acontecendo ainda, mesma coisa que era. Claro que trabalha muita gente com carteira assinada, aqui dentro da taquaras. Nós da nossa família tamo assim. O meu irmão trabalha no barco, e trabalha com roça aqui, e nós fiquemo no mesmo, vamo pesca tainha, na rede cerco ai, trabalhando com farinha as vezes. Ta assim.*(*O Vigia*, 48 anos, pescador)

Por fim, o cenário da 'praia das taquara' é composta por algumas particularidades, demonstradas desde a 'pedra rachada', ou 'pedra do ovo' que é um marco de navegação e motivo de orgulho da comunidade, até o grupo Terno de Reis de Taquaras[41]. Esse grupo é hoje constituído por cantores e tocadores de Taquaras e alguns da Barra que realizam shows e divulgam a gravação do CD e DVD, com grande expressão no sul do Brasil. Tal referência e estabelecimento deste grupo é em grande parte pela forte relação da comunidade ainda hoje

[41] www.ternodereis.com.br.

em manter tais tradições. Ainda hoje, a comunidade se prepara para receber o Terno de Reis na época do Natal, bem como, tem uma forte relação com a prática da Farra do Boi[42].

Taquaras também possui um fluxo de turismo religioso, uma vez que reside há décadas um 'mensageiro da palavra de Deus', Sr. Bento Conceição, atraindo uma série de curiosos e religiosos para conhecer as mensagens proferidas por ele.

2.1.1.5. Praia do Pinho: 'praia de nudismo'

Limita-se ao norte com Taquaras na ponta das Taquaras, ao sul com Estaleiro na ponta do Lobo, a oeste com o Morro do Boi e a leste com Oceano Atlântico. Sua pequena praia de 500 metros é a primeira praia de naturismo do Brasil[43]. Poucos moradores residem na localidade da praia do Pinho, sendo essencialmente moradores de segunda residência.

As infra-estruturas da praia do Pinho estão relacionadas ao atendimento dos freqüentadores e adeptos do naturismo, tais como pousadas, camping, estacionamentos, restaurantes. Tais estruturas, bem como algumas residências estão localizadas em Área de Preservação Permanente, sendo alvo de questionamentos do Ministério Público Federal.

No entanto, nem sempre a praia do Pinho foi praia de naturismo. A praia era amplamente utilizada pelos pescadores artesanais e moradores da região que usavam os recursos da praia como lazer ou subsistência, tal como relata um pescador artesanal que vive no bairro da Barra.

> *Na praia do pinho eu cansei de matar tainha, tirar marisco, matar peixe de caniço. Hoje em dia ninguém entra mais lá. Pra tirar um marisco, não dá. Já faz uns 20 anos atrás.* (*Sete-Barbas R.A.J., 55 anos,* pescador desde sempre)

---

[42] Não entrarei em detalhes na densa discussão que envolve a Farra do Boi, especialmente no que se refere a atividade ser assumida como tradicional ou não. A Farra do Boi na praia de Taquaras mobiliza uma série de famílias, moradores não só de Taquaras, mas também de outras praias e regiões vizinhas. Juntamente com o bairro da Barra é a comunidade que possui a maior organização local, com lideranças responsáveis em articular a compra, o 'esconderijo', a brincadeira e a 'matança' do boi. Taquaras e Barra, sem dúvida são da mesma forma as comunidades que tem maior expressão com a pesca e da mesma forma com heranças recentes dos ascendentes açorianos.

[43] www.praiadopinho.com.br

Atualmente a praia foi privatizada, sendo que para frequentá-la é necessário adotar o nudismo. O acesso à praia também é dificultado, uma vez que o acesso principal conduz às infra-estruturas administradas pela associação de naturismo, exigindo o pagamento destas, como estacionamento, entre outras coisas.

Tais estruturas não foram visualizadas nesta pesquisa, além do que é possível observar do mirante existente na área. As informações sobre a praia do Pinho foram obtidas junto aos informantes desta pesquisa, bem como pela página virtual e imagens aéreas da localidade. Além da praia não possuir atividade de pesca artesanal, o caráter da praia (naturismo) impediu a proximidade com as infra-estruturas locais.

2.1.1.6. Praia do Estaleiro: Estaleiro-grande e terra do Capitão Tomaz

Limita-se ao norte com a localidade do Pinho na ponta do Lobo, a leste com Oceano Atlântico, a oeste com o Morro do Boi e ao sul com a localidade de Estaleirinho na ponta dos Coqueiros. É a maior praia em extensão, cerca de 1450m, assim como pela sua planície passível de ocupação.

O 'estaleiro grande', como é chamada pelos moradores nativos, possui grande número de moradores fixos, muitos deles descendentes das primeiras famílias que 'descobriram' a praia. As narrativas dos moradores mais antigos, mencionam que tal praia foi descoberta pelo Capitão Tomaz e pelo Tenente Luiz, vindos de Portugal. Assim relata o esposo da bisneta do capitão Tomaz, ainda viva:

> *Capitão Tomaz veio de Portugal né? Os outro falo. Naquele tempo, 150, 160 ano, o governo de lá mandava, porque o Brasil foi descoberto por Portugal né? Então, o governo de lá mandava. O povo conta assim, vieram correr a costa, chegaram no Estaleiro grande fundiaram o barco, saltaram.(...)Então tinha o capitão Tomaz bem no canto de cá. Que eu conheci a casa velha, de porão. E o tenente Luiz que era o irmão dele. E o tenente Luiz, morava pro lado de lá, numa volta que faz, tem um condomínio...que era casa de estuque, se fosse minha não tinha desmanchado. (...)a gente chamava de Praia da Velha Chica, praia do Estaleiro Grande no canto de cá [sul], que é do capitão Tomaz, mulher do capitão Tomaz. Praia da Velha Chica porque ela amanhecia o dia, ela ia caminhar na praia, entendes. (O Escritor de Histórias*, 82 anos, patrão da tainha).

Atualmente, a orla da praia do Estaleiro é ocupada por diversos restaurantes, pousadas e grandes residências que compõem os condomínios em ascensão. No canto norte desemboca um importante curso de água, onde em sua margem existem vários pequenos ranhos de pesca utilizados pelos moradores/pescadores nativos que mantém atividade a pesca. O canto norte é também marcado por um rancho centenário da pesca de tainha (arrasto de praia) que atualmente teve o acesso comprometido pela instalação de um grande condomínio sobre o ambiente da vegetação de restinga. Assim como no canto norte, outros caminhos antigos de acesso à praia ao longo da orla foram privatizados por pousadas e outras residências.

Uma pequena porção da orla da praia do Estaleiro possui uma estrada à beira mar que comprometeu o ecossistema de praias, com a deposição de aterro sobre a vegetação de restinga -fixadora de dunas. Esses diversos usos ao longo da orla induziram a construção de passarelas ao longo da praia, estando todas sob processo judicial, em função da ausência de critérios ecológicos e sociais para a implantação das mesmas.

Além da pesca da tainha as pescarias com rede de espera, desenvolvidas pelos moradores nativos, existe na praia do Estaleiro. Uma minoria de moradores insistem na atividade diária da pesca artesanal com as redes de espera próximas a costa. As embarcações a remo conduzem os pescadores aos pesqueiros, e devido ao baixo esforço de pesca, estes transitam entre a pesca de subsistência e a pesca comercial. Torna-se evidente que um conjunto de fatores comprometem a continuidade da atividade. A privatização dos caminhos tradicionais certamente minimiza, enfraquece e desestimula a continuidade da atividade.

Por fim, uma atividade artesanal também existente nesta praia diz respeito a uma pequena fábrica de móveis que funciona em um antigo engenho de farinha desativado de uma das famílias tradicionais do Estaleiro. Os móveis são construídos de forma artesanal, com fibra de árvores, madeira e outros materiais (vindos de outras regiões do Brasil) possibilitando a renda de algumas famílias nativas. O responsável pela pequena fábrica é neto de pescador-agricultor que possuía entre estas, a arte de construir canoas e balaios de forma artesanal. Ele trabalha com mais dois funcionários e os móveis possuem design personalizado de acordo com a demanda dos clientes, sendo vendidos em toda região centro-norte de Santa Catarina, além de outros lugares do Brasil. É uma grande evidência de manutenção das artes locais, e guarda muitas histórias e lembranças da cultura local.

2.1.1.7. Praia do Estaleirinho: 'aqui no Estaleirinho serrava madeira mais miúda'

> *Porque quando o capitão Tomaz veio, eles faziam barco, eles tinham barco a vela, naquele tempo não tinha motor, era vela. Então eles consertavam, eles faziam, pra eles, então sabe o que é o Estaleiro? Eles usavam os escravo sabe, eles tinha escravo, então naquele tempo tinha muito pau, madeira, então eles iam no mato tirar madeira pra cerrar pra fazer barco. La no Estaleiro grande tinha o estaleiro que serravam madeira mais grada, e aqui no Estaleirinho serrava madeira mais miúda. Então era o Estaleiro grande e Estaleirinho, por isso. (O Escritor de Histórias*, 82 anos, patrão da tainha).

A praia do Estaleirinho limita-se ao norte com a localidade de Estaleiro, com a ponta dos coqueiros, a leste com Oceano Atlântico, a oeste com o Morro do Boi/BR-101 e ao sul com a praia de Mato Camboriú na ponta do Malta e com o município de Itapema. Possui uma extensão de 800 metros e é a localidade com maior adensamento populacional das praias.

Sua planície, assim como as morrarias, está amplamente ocupada por residências, pousadas e restaurantes. Possui um fluxo turístico alto, por um lado em função de estar próxima do município de Itapema e por outro, por seu acesso pela porção sul do município de Balneário Camboriú não possuir morrarias que dificultam o acesso. Desta forma, o processo de ocupação da área é anterior as demais praias.

Essa facilidade do acesso, especialmente pela proximidade com a BR-101, induz à presença de outras atividades, tais como casas noturnas, bares que oferecem serviços além da gastronomia, causando desconfortos a comunidade local. Grandes condomínios estão também sendo instalados nesta praia, bem como casas noturnas. A poucos anos também foi instalado um laboratório de cultivo de camarão, muito questionado pelos moradores locais. Atualmente apesar das instalações, não encontra-se em funcionamento, especialmente devido a crise instituída a esta atividade.

A população residente exerce atividades ligadas direta ou indiretamente à construção civil e ao turismo, atuando principalmente no município de Itapema. O Estaleirinho possui uma forte relação com Mato Camboriú (Bairro Ilhota, município de Itapema). Essa relação é mantida pelo compartilhamento de serviços, como pelo uso dos recursos. Primeiramente, o abastecimento de água da praia do Estaleirinho é realizado pelo município de Itapema

(Empresa Municipal de Água - Águas de Itapema), especialmente a grande parte dos moradores que não captam água dos poços ou nascentes locais. Em contra partida, a escola municipal do Estaleirinho recebe alunos do bairro vizinho. Além disso, alguns moradores do Estaleirinho trabalham em vários restaurantes existentes na praia do Mato de Camboriú como garçons, cozinheiras, etc.

Mas um ponto importante também está relacionado à pesca artesanal. Famílias tradicionais que permanecem na atividade usam a praia vizinha como porto pesqueiro, uma vez que as condições da praia do Estaleirinho não proporcionam um fácil embarque/ desembarque com os barcos pesqueiros. Situação esta que garante a manutenção da atividade pesqueira de algumas famílias dessa localidade por meio da pescaria com rede de espera. Da mesma forma, o arrasto de praia mobiliza os moradores do Estaleirinho e do Mato Camboriú, de maneira concentrada na época da tainha.

2.1.1.8. Morro do Boi: "Estaleiro Grande com o Morro do Boi era tudo família combinado"

O Morro do Boi limita-se ao sul com o município de Itapema (Bairro Ilhota), a leste com a BR-101 (posteriormente às praias do Estaleiro e Estaleirinho), a oeste com o município de Camboriú (localidade do Rio Pequeno) e ao norte e com o Bairro Nova Esperança em Balneário Camboriú. Já a comunidade relacionada nesta pesquisa, reside nos limites superiores do atual túnel da BR-101, denominado de Túnel do Morro do Boi (em torno de 300 metros acima do mar).

A comunidade do Morro do Boi é marcada por ser uma comunidade remanescente de quilombos. As evidências de escravos na região da Costa Brava são fortes e também relatadas pelos moradores da região. Eles mencionam a grande relação com as atividades pesqueiras, além da proximidade das comunidades residentes nas atuais localidades do Estaleiro e Morro do Boi, antes da construção da BR-101.

> *Eles tinham pesca com ele, sabe como é? Tal de Laurentino, preto, do tempo dos escravo, morreu faz muito tempo, do tempo do escravo. Então tinha rede do tempo do capitão Tomaz, viviam tudo misturado. Já tinha acabado a escravidão, mas eles eram de família de escravo. Tinha os filhos de escravo, o Laurentino, Pedro Maria, João Mateus. A Camila, que foi escrava, era um quilombo – ali onde vai pra Camboriú velho.* (*O Escritor de Histórias*, 82 anos, patrão da tainha)

O Estaleiro Grande com o Morro do Boi era tudo família combinado entendes. A minha vó era casada com um preto. Que ficou viúva do marido que era branco, casou com um preto. Casou com esse preto que era filho da Camila. E tinha um irmão dele que morava no Estaleiro, o Fabiano, que era filho da Camila. Quer dizer que o preto com o branco naquela época, era tudo irmão, tudo misturado. (...) a BR era estrada de carro de boi, não tinha estrada. (*O Escritor de Histórias*, 82 anos, patrão da tainha)

Tinha escravo aqui. Eu não conheci né. Mas diz que tinha, os escravo que carregavam. La na minha casa, lá embaixo aonde eu morava, tinha uma calçada que começava uma pedra bem pequenininha, ia começando até a porta. Tudo com pedra carregada do costão. Tristeza né? Minha sogra dizia, isso aqui quem fez foram os escravo. Os antigo falavam.

(...) e ali aquele caminho do Porto que ta trancado ali minha filha, aquilo ali é dos escravos, os escravo que abriram aquilo ali. Aquela casa do Zé Verginio foram os escravos que fizeram o calçamento tudo, aquilo ali era do tenente Luiz tudo. (*Saudosa*, 84 anos, filha de pescador)

Por se tratar de uma comunidade remanescente de quilombos[44], ainda desenvolvem atividades vinculadas à terra e também ao mar. Ao longo do ano desenvolvem atividades de plantio em suas propriedades e muitos homens são camaradas respeitados da pesca da tainha na praia do Estaleiro. Um grande destaque na comunidade é a participação das famílias no Concurso de Hortas[45]. Sua participação direcionou em parceria com o Armazém do Colono[46] a comercialização de produtos produzidos no Morro do Boi, como nas proximidades por seus conhecidos, possibilitando a geração de renda extra ou até mesmo exclusiva para as famílias. De qualquer modo, algumas pessoas da 'comunidade quilombola' ainda estão associadas a

[44] Mesmo ciente da complexidade que envolve não só o termo 'quilombo', mas também suas representações, saliento que não será foco desta pesquisa analisar com aprofundamento as relações de identidade e territorialidade expressas nessas comunidades. Isso exigiria um acompanhamento e proximidade da qual não sistematizei e foquei durante a pesquisa, mas que não minimiza a importância dada a esta comunidade não só no contexto da APA Costa Brava. De qualquer modo, menciono, em consonância com o moderno conceito antropológico, que a condição de remanescente de quilombo é definida de forma dilatada e enfatiza os elementos identidade e território. Com efeito, o termo em questão indica: *a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico*. O sentimento de pertença a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da identidade étnica e da territorialidade, construídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam. Referências obtidas de Schmitt, Turatti e Carvalho (2002:04).

[45] Projeto criado pelo Núcleo Assistencial Humberto de Campos (NAHC), que incentiva as hortas inscritas (hortas necessariamente orgânicas) em possuir uma 'farmácia viva', além da formação de feiras para a comercialização dos produtos orgânicos oriundos das hortas, promovendo a geração de emprego e renda.

[46] Comércio localizado na praia central, com produtos naturais, orgânicos e similares. Este sede espaço aos agricultores orgânicos associados ao concurso de horta que manifestarem interesse em comercializar seus produtos.

serviços informais na praia central ou nas demais praias, como jardinagem, diaristas ou junto à prefeitura municipal.

Em 2007 a comunidade do morro do Boi criou a Associação Quilombola, com apoio e assessoria técnica da UNIVALI e desde então estão organizadas em manter e (re)significar suas origens. A partir da criação da Associação Quilombola e da sua imersão junto a grupos quilombolas, ou que valorizem a identidade cultural, outras iniciativas de geração de renda foram desenvolvidas. A comunidade atualmente produz artesanato, destacando-se a produção das bonecas *Abayomi*[47].

O morro do Boi também é marcado por importantes nascentes de água. Nascentes estas que compõe as micro-bacias associadas às praias do Estaleiro e Estaleirinho. Os relatos dos moradores mencionam que após a construção do túnel da BR-10 muitas nascentes de água desapareceram, 'secaram', e foram alteradas a partir de 'desvios' de alguns cursos de água.

A invisibilidade da comunidade do Morro do Boi é marcante perante aos demais setores da sociedade. Exemplo disso ocorreu com a construção do túnel, onde os moradores nunca foram indenizados e nem mesmo avisados das explosões e demais procedimentos realizados durante a construção. Apenas após o desmoronamento do túnel, em meados de 2008, que os órgãos responsáveis ficaram sabendo da existência da comunidade, que por sua vez foi em busca de seus direitos.

Da mesma forma, o poder público municipal ao seu critério altera as divisões geopolíticas do município, desconsiderando os aspectos da cultura local. Atualmente o Morro do Boi pertence ao Bairro 'Nova Esperança', o que direciona as demarcações de endereços e placas locais. Alguns moradores indispostos com isso mencionam que irão apagar a indicação de Nova Esperança da única placa de identificação formal do bairro para 'Morro do Boi', indicando assim a forte relação quem mantém com o complexo 'território Morro do Boi'.

[47] Bonecas *Abayomi* – arte africana em retalhos com técnica de amarração, desenvolvidas por mulheres negras nos porões dos navios negreiros para a brincadeira de crianças. *Abayomi* significa '*meu presente, meu momento'*.

2.1.1.9. Síntese Integrada

Por fim, num esforço de síntese, apresento nos Quadros 5 a 20 os principais aspectos que compõe o cenário socioecológico das praias e bairros da Costa Brava. Tais aspectos referem-se especialmente aos atributos biofísicos e tecnológicos apresentados ao longo deste capítulo. As imagens incluídas nos quadros ilustram cenas do cotidiano da comunidade pesqueira artesanal, bem como das dinâmicas em curso.